



IGFCSS INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS DE CAPITALIZAÇÃO
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP

Instituto de Gestão de Fundos 

RELATÓRIO E CONTAS 2015



IGFCSS INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP

RELATÓRIO E CONTAS 2015



SEGURANÇA SOCIAL

Instituto de Gestão de Fundos 

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 3º Dto. (Torre das Antas) | 4350-158 Porto
Tel: 225 082 400 | Fax: 225 082 401 | E-mail: igfcss@seg-social.pt



NOTA DO CONSELHO DIRETIVO 4

NÚMEROS CHAVE 5

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS, IP 9

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE EM 2015 12

CONTAS DO EXERCÍCIO 21

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 24

BALANÇO SOCIAL 33

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 35

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 43

Nota do Conselho Diretivo

O ano de 2015 foi caracterizado pela continuação das condicionantes à atividade do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS) dos anos anteriores.

Ao nível dos recursos humanos, ativo fundamental na atividade de gestão de fundos, mantiveram-se as restrições, fruto do efeito conjunto das carreiras do Instituto ainda não terem sido revistas, do prosseguimento das ações judiciais na sequência dos cortes salariais para implementação das recomendações do Tribunal de Contas e das regras, semelhantes às de anos anteriores, impostas pela lei do orçamento de Estado para 2015.

Apesar destas limitações foi possível, graças ao empenho, zelo e profissionalismo dos trabalhadores e dirigentes do Instituto obter elevadas rentabilidades para os fundos sob gestão. A rentabilidade do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) atingiu 3.56% (6.31% se excluirmos a carteira de dívida pública portuguesa), a do Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) 2.16%, valores que colocam o FEFSS no TOP 5 e o FCR no TOP 10 quando comparados com o desempenho dos Fundos de Poupança Reforma, reportado pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (APFIPP). Resultados tão mais impressionantes se considerarmos que vários destes fundos têm perfis de risco mais elevados.

A rentabilidade do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) foi de 0.95%, valor elevado quando comparado com a carteira de referência deste fundo, constituída por dívida pública alemã com maturidade até 3 anos que teve taxas nulas e negativas durante 2015. O bom desempenho do FCT pode ainda ser avaliado por comparação com o desempenho dos Fundos de Curto Prazo, a categoria mais próxima, reportado pela APFIPP. Todos os 9 fundos listados tiveram rentabilidades inferiores às do FCT.

O IGFCSS é ainda responsável pela gestão do Regime Público de Capitalização e por todas as atividades administrativas do FCT, apoiando o respetivo Conselho de Gestão. Nesta área continuou a implementação dos processos necessários a uma boa administração do FCT.

Durante o ano decorreram os processos concursais para contratação de novos colaboradores todos, necessariamente, com vínculo à administração pública, tendo o ano terminado com a assinatura dos contratos de trabalho. O ano de 2016 inicia, assim, com a nota positiva da ultrapassagem de um dos constrangimentos com que o Instituto se tem debatido nos últimos anos.

Por último, o Conselho Diretivo agradece todo o apoio recebido do Fiscal Único e do Conselho Consultivo do Instituto.

Porto, 14 de abril de 2016.

Números Chave

Instituto

Os custos totais de funcionamento do IGFCSS, IP atingiram o valor de 1 980 802,15€¹, o que corresponde a 0,014% do montante médio gerido durante o ano (13 983 587 403,73€). A estrutura destes custos encontra-se resumida na Tabela 1.

Em 31.12.2015 o IGFCSS, IP tinha ao seu serviço 23 colaboradores.

No final do ano o Instituto geria 14 191 784 789,58€² referentes a três Fundos.

	31.12.2015	31.12.2014
Custos e Perdas		
Fornecimentos e Serviços Externos	681 526,30	598 144,71
Custos com Pessoal	1 249 311,33	1 245 140,42
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	14 844,81	19 578,85
Provisões do Exercício	33 860,70	53 165,75
Custos e Perdas Financeiros	1 259,01	1 302,11
Custos e Perdas Extraordinários	28 734,11	569 313,12
	2 009 536,26	2 486 644,96
Transferências Concedidas	505 975,75	427 151,70
Proveitos e Ganhos		
Prestações de Serviços	302 152,41	186 522,54
Transferências Correntes do OSS via FEFSS	2 286 776,86	1 996 397,00
Proveitos e Ganhos Financeiros	12 037,87	22 735,73
Proveitos e Ganhos Extraordinários	20 898,38	83 296,67
	2 621 865,52	2 288 951,94
Resultado Líquido do Exercício	106 353,51	(624 844,72)

Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)

Na tabela 2 apresentam-se os principais números relativos ao valor e gestão do FEFSS nos últimos anos.

Durante o ano 2015, manteve-se uma gestão autónoma da carteira de dívida pública portuguesa, decisão tomada em 2011 e que se tem mantido durante a vigência da Portaria n.º 216-A/2013, de 2 de julho. A restante parte da carteira (excluindo imobiliário e reserva estratégica) é gerida tendo por referência a maximização do respetivo índice de *Sharpe*, isto é, da relação risco/retorno. Periodicamente são efetuados rebalanceamentos a esta carteira e

¹ Excluído o montante da transferência corrente pela devolução de saldos, de 505 975,75 euros.

² Dos quais 14 099 654 323,29€ da carteira do FEFSS, 37 312 190,47€ da carteira do FCR e 54 818 275,82€ da carteira do FCT.

tomadas decisões de desvios táticos: desvios temporários aos rebalanceamentos periódicos que originaram, em 2015, um *excess return* de 0,18%.

No final do ano 2015, o valor do FEFSS equivalia a 119,91% do montante de gastos anuais com pensões³. O valor do FEFSS em proporção do PIB atingiu os 7,93%, ou seja o valor mais elevado desde a sua constituição.

A gestão dos ativos permitiu, desde a constituição do FEFSS e até 31.12.2015, acrescentar ao valor resultante de transferências acumuladas, o montante de 6 555 milhões euros. Este valor acrescentado corresponde a uma taxa anual nominal média de rentabilidade de 5,05% desde o início.

TABELA 02 | VALOR E GESTÃO DO FEFSS

Resultados		2015	2014	2013	2012	2011	2010
Valor do FEFSS	Gasto Anual com Pensões	119,91%	114,80%	108,08%	101,11%	85,71%	93,10%
	Proporção do PIB	7,93%	7,74%	7,05%	6,62%	5,10%	5,60%
	Transferências Recebidas (€)	115 595 610,16	79 626 281,68	3 433 812,79	2 769 951,06	297 029 793,31	223 484 568,50
	Transferências Recebidas Acumuladas (€)	7 544 251 575,30	7 428 655 965,14	7 349 029 683,46	7 345 595 870,67	7 342 825 919,61	7 045 796 126,30
	Valor Acrescentado desde Início (€)	6 555 402 747,99	6 075 298 220,62	4 349 973 886,96	3 598 598 803,70	1 529 619 □50,08	2 592 152 799,80
	Rentabilidade Nominal Desde a Constituição	5,05%	5,17%	4,38%	4,14%	2,22%	3,94%
Gestão do FEFSS	Retorno Nominal Médio Anual no Último Triénio	8,28%	14,76%	5,62%	3,38%	-1,92%	0,93%
	Variação Anual face ao Benchmark da Tutela (funding ratio) ^{a)}	1,62%	0,24%	-1,83%	-1,33%	14,60%	8,49%
	Excess Return Anual face a Benchmark Interno	0,18%	0,21%	0,16%	-0,44%	-0,06%	-0,06%
	Rentabilidade Líquida	3,56%	14,74%	6,86%	23,32%	-11,00%	0,08%
	Volatilidade Anualizada	5,24%	3,73%	4,43%	7,56%	8,30%	7,44%
	Montante Médio sob Gestão (MMG) (€)	13 919 292 060,66	12 525 998 930,29	11 292 699 865,31	9 503 432 345,55	9 111 784 455,94	9 444 052 431,92
	Custos de Gestão, Transação e Custódia / MMG	0,03%	0,03%	0,04%	0,04%	0,05%	0,05%

a) A implementação da política de gestão estratégica com o objetivo *funding ratio* foi iniciada em 24.07.2009 face ao EFPAS Portugal. Desde janeiro de 2012 faz-se contra o Benchmark aprovado pelo Ministro da Tutela em Dez'11

Regime Público de Capitalização / Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)

Em 31.12.2015 o regime contava com 7 618 aderentes, menos 120 do que em 31.12.2014, o que representa um decréscimo de cerca de 1,55%.

O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) destina-se à concretização dos objetivos do Regime Público de Capitalização e contém duas carteiras autónomas, destinadas, respetivamente, à fase de acumulação (FCR-A) e à fase de utilização (FCR-U).

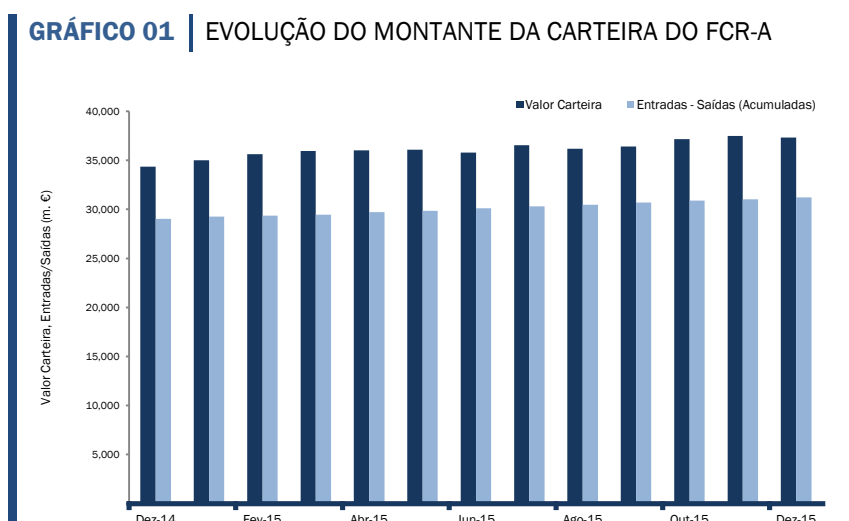
A carteira da fase acumulação destina-se à maximização do valor capitalizado das contribuições dos aderentes. A carteira da fase de utilização só será constituída caso o IGFSS, IP venha, mais tarde, a internalizar a gestão de planos de rendas vitalícias, o que só sucederá se as condições dos planos de rendas vitalícias disponíveis em cada momento nos mercados financeiros forem consideradas desfavoráveis para os beneficiários do Regime Público de Capitalização.

³ De acordo com informação sobre gastos com pensões fornecida pelo ISS, IP em março de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 existiam 27 654 432,87653 unidades de participação, distribuídas pelos diversos subscritores de acordo com a sua participação mensal, com um valor unitário de 1,34923 euros.

O valor médio dos CR em 2015 foi de 1,34836 euros. **O aderente que manteve um montante constante de entregas durante os últimos 12 meses, isto é, entre janeiro e dezembro de 2015, obteve uma valorização do seu património de +0,40%.** Aquele aderente que tenha mantido um montante mensal constante de entregas desde o início do Regime Público de Capitalização (RPC), isto é, desde abril de 2008, acumulava, em 31.12.2015, uma valorização média anual de +3,96%. O valor médio dos CR desde o início foi de 1,16540 euros. As referidas taxas de valorização contrastam com a medida de rendibilidade habitualmente difundida, que compara o valor unitário do certificado de reforma no final do ano com o do início do ano, a qual se cifrou em +2,17%. Esta medida não reflete, porém, o mecanismo de aquisição de certificados de reforma que caracteriza o RPC, que é o de contribuições mensais constantes

A carteira do FCR-A ascendia, em 31.12.2015, a 37 312 190,47 euros.



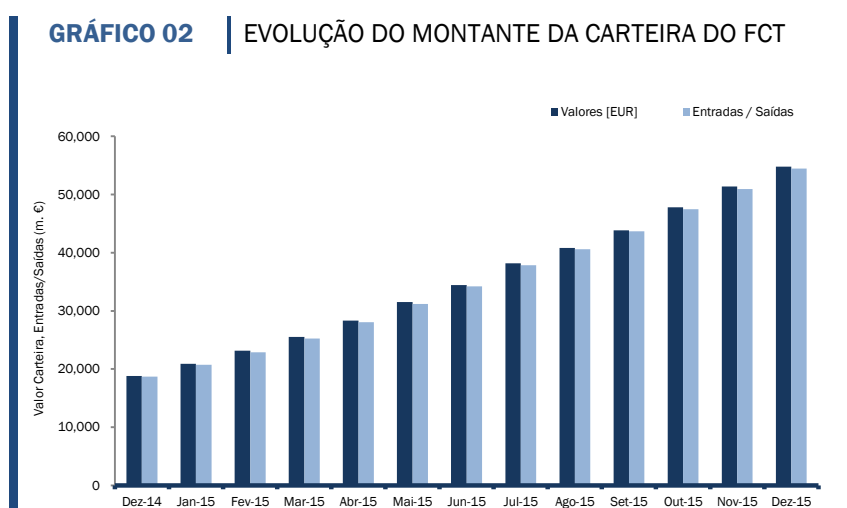
O FCR-A foi criado em abril de 2008 com um montante inicial de subscrições de 328 891,63 euros. A média mensal de subscrições líquidas durante o ano 2015 ascendeu a 183 371,17 euros, cifrando-se num total anual de 2 200 453,99 euros. Este valor adicionado às subscrições líquidas dos anos anteriores totaliza o valor de 31 229 437,65 euros desde a criação do Fundo.

Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva. Estão abrangidas pelo regime jurídi-

co do FCT as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho que se iniciaram após o dia 1 de outubro de 2013.

As adesões ao FCT iniciaram-se a 14 de outubro de 2013 e o fundo tem vindo a registar um crescimento muito significativo fruto, quer da natureza obrigatória dos regimes jurídicos criados pela Lei 70/2013, de 30 de agosto, quer da inexistência de mecanismos equivalentes, nos termos definidos no artigo 36º do citado diploma.



Deste modo, em 31 de dezembro de 2015, o valor do fundo ascendia a 54 818 275,82€, quase triplicando o valor de 2014 (18 809 970,70€), reflexo de um crescimento muito acentuado do número de empregadores aderentes (164 120 em 2015⁴, face aos 106 753 de 2014, um aumento de cerca de 54%) e, sobretudo, do número de contratos de trabalho abrangidos (1 793 438 em 2015⁵, contra os 877 382 de 2014, um crescimento superior a 100%).

O valor das unidades de participação do FCT era, em 31.12.2015, de 1,02520€, contrastando com os 1,01561€ de 2014, correspondendo a uma valorização média anual de 0,34%.

Desde a criação do fundo, a valorização média das unidades de participação é de 0,95%.

⁴ Número de empregadores com um saldo maior que zero na respetiva conta global no dia 31 de dezembro.

⁵ Número de trabalhadores com saldo maior que zero na respetiva conta individual no dia 31 de dezembro.

Instituto de Gestão de Fundos, IP

Enquadramento Legal

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP) é um instituto público dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto-lei 203/2012, de 28 de agosto, tutelado pelo Ministro da Solidariedade e Segurança Social.

O IGFCSS tem como atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização, no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, a administração do Regime Público de Capitalização e a gestão em regime de capitalização dos fundos que lhe estão subjacentes e, nos termos do disposto na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, a administração e a gestão do Fundo de Compensação do Trabalho.

Complementarmente, o Instituto pode prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou de apoio técnico decorrentes da sua experiência de atividade e da informação económico-financeira de que dispõe.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto, o património do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) é distinto do Património do IGFCSS, IP, embora aquele esteja integrado neste (n.ºs 3 e 4 do art.º 1º do Decreto-Lei 203/2012). Por conseguinte são elaborados conta e orçamento específicos para o IGFCSS e para o FEFSS.

O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) é um património autónomo destinado à concretização dos objetivos do regime público de capitalização e, como tal, único responsável pelo cumprimento das obrigações dele decorrentes, de acordo com o n.º 2, art.º 1 do Regulamento de Gestão do FCR aprovado pela Portaria 212/2008, de 29 de fevereiro (ver relatório e contas do FCR).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e destina-se a assegurar o direito do trabalhador ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho (n.ºs 1 e 2 do art.º 3.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto).

Missão, Visão e Valores

Visão

Ser um organismo de elevado valor instrumental para o Estado.

Missão

O Instituto tem como missão maximizar o valor dos ativos sob gestão, de acordo com as necessidades de longo prazo dos clientes.

Valores

O IGFCSS, IP pauta-se, na prossecução dos seus objetivos, por um conjunto de valores basilares de que os colaboradores do Instituto prestam provas diárias:

- ✓ **Responsabilidade pública:** “somos um instrumento do Estado”.
- ✓ **Eficiência:** “medir, gerir, criar valor”. Solução de investimento mais eficiente.
- ✓ **Resultados:** “fazer acontecer”.
- ✓ **Gestão do risco:** “É nisto que somos especiais!” Preservando a continuidade de negócio, gerimos o risco de mercado a partir de uma opinião própria que integra os horizontes de curto, médio e longo prazo.
- ✓ **Igualdade Género:** “Proseguimos em todos os atos a igualdade entre mulheres e homens, bem como a conciliação entre a vida profissional, a vida familiar e pessoal”.

Órgãos Sociais

Conselho Diretivo, cujo mandato se iniciou a 01.01.2014⁶

- ✓ Prof. Doutor Manuel Pedro da Cruz Baganha, *Presidente*
- ✓ Prof. Doutor Paulo Manuel de Moraes Francisco, *Vice-Presidente*
- ✓ Dra. Teresa Maria Silva Fernandes, *Vogal*

Conselho Consultivo⁷

- ✓ *Presidente:* Prof. Doutor Fernando Lopes Ribeiro Mendes
- ✓ Dra. Teresa Figueiredo de Vasconcelos Caeiro
- ✓ Dr. Rui Filipe de Moura Gomes, em representação do IGFCSS, IP
- ✓ Dra. Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho, em representação do IGCP, EPE
- ✓ Dr. José Emílio Mendes Pires, em representação da CGTP-IN
- ✓ Dra. Ana Catarina Soares de Albergaria Moreira e Lopes, em representação da UGT
- ✓ Dra. Cristina Isabel Jubert de Nagy Moraes, em representação da CAP
- ✓ Dr. Pedro d’Almeida Freire, em representação da CCP
- ✓ Dr. Rafael Campos Pereira, em representação da CIP
- ✓ Dra. Adília Maria Cardoso Lisboa, em representação da CTP

⁶ Designados, respetivamente pelos despachos do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social n.º 16712/2013, de 16/12; 16716/2013, de 16/12 e 16933-B/2013, de 20/12, publicados na 2.ª série do DR em 24/12 e 30/12.

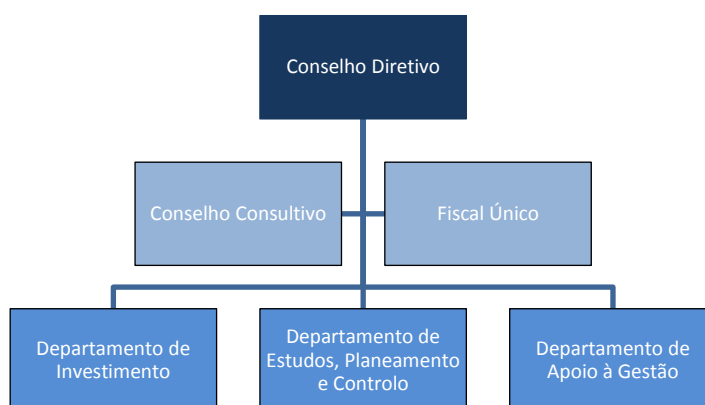
⁷ Designado por despacho do Ministro da Solidariedade e Segurança Social n.º 8969/2013, de 27/06, publicado na 2.ª série do DR em 9/07/2013.

Fiscal Único⁸

- ✓ Sociedade de Revisores de Contas Horwath Et Associados , SROC, Lda

Organograma

IMAGEM 01 | ORGANOGRAMA DO IGFCSS



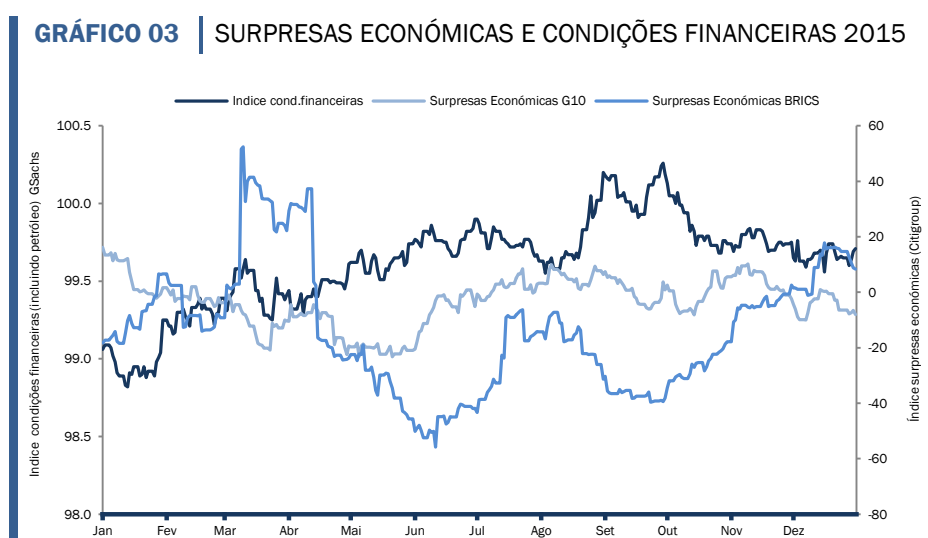
⁸ Designado por despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 3378/2013, de 28 de janeiro, publicado na 2.ª série do DR em 4 de março.

Enquadramento da Atividade em 2015

Ambiente Macroeconómico

O ano de 2015 veio confirmar o receio de que a saída da economia mundial de uma das mais intensas crises financeiras de que há memória não ocorreria sem perturbação visto termos assistido a vários anos de expansão monetária sem precedente que resultou em intensíssimos fluxos monetários (nomeadamente em direção aos países emergentes) na procura de oportunidades de investimento ausentes das economias em processo de redução de dívida.

Após o progressivo desvanecimento da tensão provocada em torno da situação grega, a acentuada desaceleração registada nas economias emergentes constituiu-se como o principal fator de perturbação do ano, afetando negativamente a atividade económica e o comércio a nível global, limitando ainda a influência favorável gerada pela procura interna das economias desenvolvidas. De uma forma geral, as economias emergentes enfrentam um contexto económico e financeiro adverso, que se centra num abrandamento do crescimento, com a necessidade de reequilíbrio dos fatores de crescimento, potenciado por condições de crédito dificultadas. Este contexto resulta, a partir do Verão, em avultadas saídas de capital destas economias e, conseqüentemente, depreciações cambiais acentuadas que inflamaram os receios de exposição de debilidades financeiras de intensidade incerta.

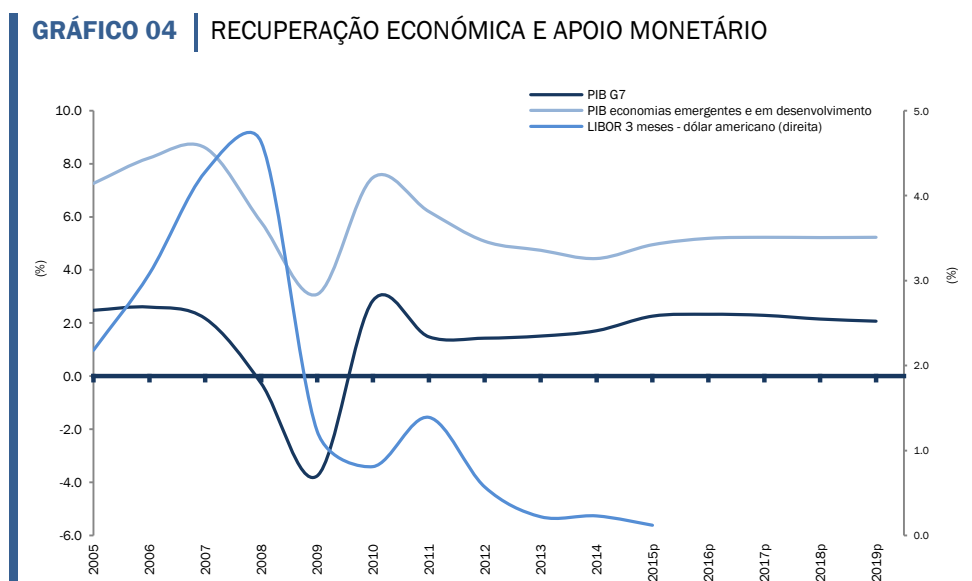


Estas vulnerabilidades são potenciadas, na segunda metade do ano, pelo regresso a um percurso de descida do preço do petróleo, influenciado de forma determinante por uma oferta inesperadamente elevada para o contexto económico vigente, mas no qual o abrandamento da procura exerceu igualmente uma influência significativa, estimada a partir do recuo dos preços de outras *commodities*. O ambiente de declínio do preço de *commodities* reduziu o afluxo de capitais para os países exportadores, maioritariamente economias emergentes, reduzindo as perspetivas de crescimento e deteriorando os termos de troca, resultando numa

pressão sobre as reservas cambiais destes países e num incremento de volatilidade nos mercados financeiros.

Os receios concentram-se no potencial impacto do abrandamento chinês na economia global, agravado pelo risco de depreciação descontrolada do *yuan*, que resultaria numa movimentação desordenada de capitais, avivando o risco de deflação à escala global devido à queda dos preços das matérias-primas e diminuição dos preços de importação nas economias com moedas mais apreciadas. O pico de turbulência regista-se durante o Verão, em conjunto com a decisão das autoridades chinesas em permitir alguma depreciação controlada da moeda, visando, dentro de determinados limites, permitir uma maior influência dos mecanismos de mercado na determinação da taxa de câmbio do *yuan*. Tal atuação resultava de uma tentativa de combater a apreciação da moeda chinesa, em sincronia com a subida do dólar, dada a expectativa de início de um ciclo de subida de taxas nos EUA, o que acentuaria o arrefecimento da economia chinesa. As repercussões nos mercados de capitais foram muito acentuadas, observando-se um aumento dramático da volatilidade, a par de um acentuado movimento de procura de proteção, que beneficiou as moedas com estatuto de refúgio, maioritariamente dólar, euro e franco suíço, assim como a dívida de governos, penalizando fortemente, por outro lado, os ativos de risco e as *commodities*.

Nas economias desenvolvidas, o natural percurso de normalização económica, associado ao suporte de políticas monetárias expansionistas, ao regresso à neutralidade da política fiscal e ainda a preços de petróleo mais reduzidos, parecia garantir uma aceleração do crescimento global. Esta não se materializou, contudo, com a intensidade esperada, perturbada pelo abrandamento das economias emergentes, mas presumivelmente também por fatores estruturais, tendo em conta a perpetuação de um baixo crescimento da produtividade, limitando o crescimento potencial.



Com efeito, não obstante as condições monetárias anormalmente expansionistas, o investimento tem-se mantido praticamente ausente desta recuperação, contido por uma baixa procura agregada e, em alguns países, por debilidades estruturais. Em consequência, o cresci-

mento continuou a ser sustentado por consumo interno, com uma contribuição elevada da despesa pública, observando-se progressos limitados do investimento e do comércio externo. A dinâmica da atividade económica foi contudo suficiente para determinar uma queda expressiva do desemprego, apesar dos ganhos salariais mostrarem uma evolução limitada, possivelmente contida pelo baixo crescimento da produtividade.

GRÁFICO 05 DÍVIDA E INVESTIMENTO DOS PAÍSES DO G7

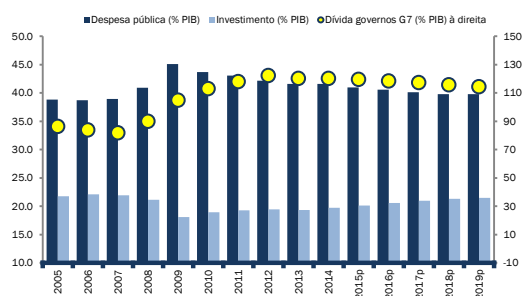


GRÁFICO 06 MATÉRIAS-PRIMAS E EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO



Da mesma forma, a evolução da inflação continua a mostrar-se pouco consentânea com o atual ritmo de crescimento económico, restringida de forma determinante pelo renovado recuo dos preços de *commodities*, mas também pelos preços de bens transacionáveis, refletindo um movimento global de desinflação que espelha a elevada competição à escala mundial. O crescimento dos preços dos serviços, que melhor reflete a dinâmica da procura interna, mostra um comportamento mais normal. Tendo em conta o peso dos serviços nas economias desenvolvidas, a evolução dos salários assumir-se-á como o fator determinante da evolução da inflação.

A ausência de pressão nos preços, associada à turbulência dos mercados financeiros, contribuiu para a definição de um ambiente de política monetária mais expansionista do que o processo de amadurecimento do ciclo económico levava a prever no início do ano. Na delicada gestão entre os riscos para a estabilidade financeira que os continuados estímulos monetários comportam, e as renovadas ameaças para a evolução económica, os Bancos Centrais das economias norte-americana e britânica acabam por valorizar mais o primeiro risco, mantendo uma política monetária mais expansionista do que se esperava, enquanto o BCE e o BoJ procederam ao reforço da expansão monetária.

A Reserva Federal norte-americana atrasou o tão aguardado processo de normalização monetária até ao final do ano, em Dezembro, frustrando no Verão as expectativas do mercado que se tinha posicionado para este desenvolvimento no mês de Agosto. O processo deverá decorrer de forma muito gradual, com o ritmo de subida condicionado pela evolução dos dados económicos, com destaque para o carácter crítico da inflação. A subida de taxas vai dar-se em contraciclo com as restantes economias, num ambiente de yields globalmente deprimidas, conduzindo a uma atuação da Fed menos mecânica e menos consentânea com o padrão histórico. No Reino Unido, o abrandamento observado desde o final de 2014, em simultâneo com valores de inflação substancialmente inferiores ao objetivo da autoridade

monetária, tem resultado num reposicionamento das expectativas de subida de taxas que se viram projetadas para o ano de 2016.

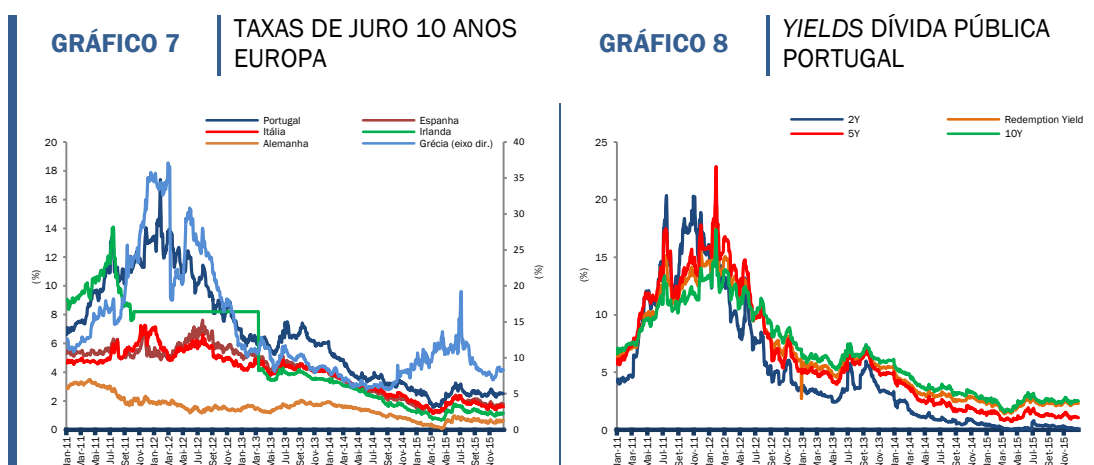
O cenário económico na Zona Euro mostra-se distinto, com a crise das dívidas soberanas a atrasar o ciclo de expansão regular da economia, desfasando o crescimento em relação às restantes economias desenvolvidas. A confluência de uma baixa pressão interna nos preços com as forças desinflationárias globais resultou na manifestação de uma dinâmica muito branda da inflação, avivando os receios do banco central de incorporação das expectativas de baixa inflação na economia. Em consequência, o BCE procede ao reforço das medidas de suporte monetário à economia, na prossecução do seu objetivo de estabilidade de preços, implementando a partir do mês de Março um programa de compra de ativos de EUR60 bn por mês, cuja duração se estenderia, pelo menos, até Março de 2016, prolongada no final do ano até 2017, reforçando ainda o nível (negativo) da taxa de depósito. De forma semelhante, o Japão mantém um programa de expansão monetária de JPY80 trn por ano, ao qual se soma, já no início de 2016, a decisão de uma taxa de depósito negativa, na tentativa de transmitir o aumento do balanço do BoJ para a economia, através da concessão de crédito, num passo muito semelhante ao adotado pelo BCE ainda em 2014.

Assistimos assim durante o ano de 2015 a um adiamento das perspetivas de normalização monetária mediante o surgimento de riscos que afetam as perspetivas de crescimento económico e a evolução dos preços. Apesar da procura interna, nas economias desenvolvidas, se manter robusta assiste-se à definição de um ambiente económico e financeiro que comporta incertezas significativas, decorrentes da atual clivagem entre o crescimento dos EUA e das restantes economias, e a consequente diferente resposta de política monetária, que acentua a possibilidade de se observarem movimentações intensas e inesperadas nos fluxos de capitais.

Atividade Económica e Preços

Tendo terminado em meados de 2014 o programa de assistência financeira da Troika a que foi sujeito desde 2011, a economia portuguesa consolidou o crescimento económico neste último ano, acelerando de um ritmo de expansão de 0,9% em 2014 para 1,5% em 2015. Assistiu-se, globalmente, a um clima de normalização da atividade económica, com Portugal a acompanhar uma maior expansão na Europa, ainda que esta se mantivesse relativamente ténue. Na frente fiscal, a mais relevante devido à situação de excessiva debilidade em que o país se encontra, os eventos foram bastante mais tranquilos em comparação com anos anteriores e a agenda política acabou por concentrar as maiores atenções devido à realização de eleições legislativas que ocorreram quase no final do ano. Mantendo um rácio de dívida em torno dos 130% do PIB, o défice de final de ano acabaria por ficar em torno de 4,2%, devido à inclusão nas contas do processo de venda/resolução do Banif, situação despoletada no final do ano fiscal, mas cuja indefinição já se arrastava há algum tempo. Retirando os efeitos decorrentes desta situação excecional, o défice terá ficado em torno de 3,0%, valor um pouco

mais elevado do que as projeções do Governo no início do ano, mas mais perto dos avisos de Bruxelas quando na apreciação ao orçamento para 2015, deixou alertas de riscos em alta para o cumprimento da meta fixada de 2,7%. Parte destes alertas, associados à perda de algum espírito “reformista” pós-Troika, eram claramente amplificadas com o calendário eleitoral, e isso foi especialmente visível na análise ao défice estrutural, cujo valor em queda acentuada nos últimos anos, ao passar de um défice superior a 8,0% em 2009 para apenas 1,4% em 2014, voltou a subir em 2015 para 1,9% de acordo com as últimas projeções da Comissão Europeia. Num clima de maior normalidade política, também na Europa, mesmo depois de um início de ano muito marcado pela nova crise na Grécia, com a aprovação de um 3º resgate financeiro num contexto de enorme fricção política, as *yields* europeias mantiveram a sua trajetória de redução para valores mínimos históricos e Portugal não foi exceção, atingindo taxas de remuneração muito baixas em todas as maturidades. Para este cenário de menor segmentação dos mercados de dívida (exceção feita à Grécia pelas razões já adiantadas), terão contribuído mais uma vez os fortes estímulos monetários lançados pelo BCE, especialmente pela inclusão no seu programa de compras de ativos de títulos de dívida soberana em mercado secundário, decisão tomada no início de 2015.



Apesar do contexto orçamental agora mais favorável, a dívida pública portuguesa consegue apenas não degradar os seus níveis em % do PIB nos últimos dois anos continuando a esperar-se algum alívio em 2016 e 2017, fruto do alargamento do *superavit* primário já alcançado, de uma intensificação do crescimento económico e da continuação de taxas de juro extremamente baixas nos mercados de dívida. No final de 2015 e início de 2016, porém, a mudança de orientação do novo governo português trouxe alguma incerteza aos participantes de mercado quanto à vontade em continuar a trajetória de reformas estruturais de aumento de competitividade da economia e de prosseguir com a consolidação orçamental dentro das regras da União Económica e Monetária, o que fez aumentar os riscos. Esta maior desconfiança foi visível num aumento significativo das taxas de juro nominais e no aumento do *spread* face aos países *core* da Europa no primeiro mês de 2016, numa altura em que o aumento da volatilidade dos mercados gerou um forte movimento de aversão ao risco.

GRÁFICO 9 | PIB REAL E SALDO ORÇAMENTAL PRIMÁRIO

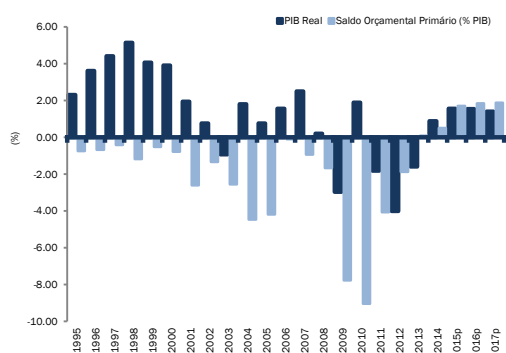
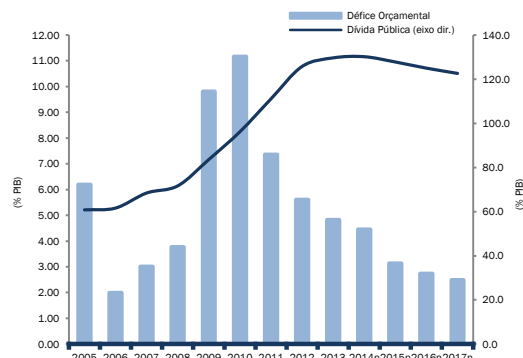


GRÁFICO 10 | DÉFICE ORÇAMENTAL E DÍVIDA PÚBLICA



Atividade Económica e Preços

Como referido, o desempenho macroeconómico português em 2015 foi de consolidação de um ritmo sustentável de crescimento depois de uma expansão muito ténue em 2014. O crescimento de 1,5% observado foi o mais elevado desde 2010, assentando numa estabilidade de variações trimestrais não negativas que duram há 7 trimestres consecutivos.

TABELA 03 | PIB PORTUGAL POR COMPONENTES – ÓPTICA DA DESPESA

Componentes PIB (Ótica da Despesa)	Estrutura PIB 2015	Dados Anuais			Dados Trimestrais Homólogos				Contributos médios PIB 2015	Média 1995-2015
		2013	2014	2015	2015 Q1	2015 Q2	2015 Q3	2015 Q4		
Consumo Privado	65.9%	-1.7	2.2	2.6	2.6	3.3	2.3	2.4	1.7 pp	1.7
Gastos Públicos	18.2%	-2.0	-0.5	0.8	-0.1	1.2	1.0	0.9	0.2 pp	1.4
FBCF	15.2%	-5.1	2.8	3.7	1.2	8.8	2.4	2.4	0.6 pp	0.4
Exportações	40,3%	7.0	3.9	5.1	7.1	7.1	4.0	2.3	-1.0 pp	4.8
Importações	39,5%	4.7	7.2	7.3	7.3	12.5	5.4	4.3		4.0
PIB Real	100.0%	-1.1	0.9	1.5	1.7	1.5	1.4	1.3	1.5	1.2
Dif. Crescimento face à Zona Euro		-0.8	0.0	-0.1	0.4	-0.1	-0.2	-0.3		0.3

O padrão do crescimento verificado em Portugal continuou, no entanto, a surpreender na medida em que voltou a assentar fundamentalmente no crescimento do consumo privado, apesar de neste ano já ter sido possível verificar uma contribuição igualmente importante na componente de investimento. O consumo privado cresceu a uma média de 2,6%, o valor mais elevado dos últimos 16 anos, fortemente alavancado pela recuperação de níveis muito baixos nas vendas de automóveis (que subiram 24% em 2015, após 36% em 2014). Fatores mais estruturais, como a intensificação da trajetória de descida da taxa de desemprego, a reposição de alguns dos cortes salariais aos funcionários públicos decorrentes do programa de ajustamento, e uma atividade creditícia menos “apertada” devido às dinâmicas favoráveis nas taxas de juro, permitiram o aumento da confiança dos consumidores e refletiram-se numa diminuição muito sensível na taxa de poupança das famílias, cujo valor de 4,3% compara com 10,4% em 2009.

Fruto do ambiente menos penalizador em matéria orçamental vivido este ano, os gastos públicos retiveram o primeiro crescimento anual dos últimos 6 anos, expandindo 0,8%. As projeções atuais apontam registos similares a 2015 em 2016 e 2017.

Quanto ao investimento, registou uma aceleração de 2,8% registados em 2014 para 3,7% em 2015. Com níveis de investimento ainda em patamares muito baixos, depois de 5 anos de quedas consecutivas e intensas no período 2009–2014, os sinais são agora francamente mais favoráveis não só devido ao novo quadro comunitário de apoio ao investimento, mas também porque parte significativa da recuperação está a operar-se no investimento em equipamento das empresas (expansão de 9,3% este ano). Com um investimento público muito condicionado pela necessidade de consolidação orçamental, há ainda um potencial visível no investimento em construção, que registou este ano a primeira subida depois de 15 anos seguidos de contração.

Ao nível da procura externa líquida, as exportações continuaram a crescer a um ritmo robusto (cerca de 5,1%), aproveitando o crescimento dos principais parceiros comerciais, a depreciação do euro e ganhos de quota de mercado. No entanto, tal como já havia ocorrido no ano anterior, as importações cresceram a um ritmo superior (7,3%), contaminadas pelo forte incremento do consumo privado. De facto, o processo de melhoria significativa na balança comercial nos anos de forte consolidação fiscal traduziu-se num aumento da taxa de cobertura das importações, pelo que a reversão é não só um dado adquirido como a trajetória deve ser intensificada nos próximos anos. Por estes motivos, a esperança de uma alteração estrutural ao nível do perfil de endividamento da nossa economia face ao exterior volta a perder força este ano, com o saldo da BTC a conservar-se em terreno positivo pelo 3º ano consecutivo, mas agora mais sustentado pela Balança de Transferências Unilaterais e pela Balança de Serviços, em contraposição à Balança de Bens e à Balança de Rendimentos.

As perspetivas para a economia portuguesa em 2016 apontam para a manutenção de crescimentos não muito distantes do verificado em 2015 nos próximos dois anos, apesar das previsões do Governo serem mais otimistas.

TABELA 04 PREVISÕES DE CRESCIMENTO DO PIB PARA PORTUGAL 2016/17

Organismos	2015	2016	2017
Min. Finanças - OE 2015	1.5%	1.8%	-
Banco de Portugal	1.5%	1.9%	2.0%
FMI	1.6%	1.5%	1.4%
OECD	1.7%	1.6%	1.5%
Comissão Europeia	1.5 %	1.6%	1.8%
Mediana Bloomberg	1.5%	1.6%	1.6 %
Média	1.5%	1.7%	1.7%

Sendo certo que o contexto orçamental é hoje menos extremo, grande parte do desempenho será determinado pelo comportamento da economia europeia, hoje muito mais dependente

da maior ou menor estabilização das economias emergentes e da maior ou menor instabilidade nos mercados financeiros mundiais. Esperando-se algum arrefecimento do lado do consumo privado e uma contribuição tendencialmente nula da procura externa líquida, o principal motor de desenvolvimento terá de advir da retoma do investimento, com o aproveitamento dos fundos estruturais a ser crucial na prossecução desse objetivo.

Dando continuidade ao percurso iniciado em 2013, a taxa de desemprego foi descendo gradualmente, caindo, em termos médios, de 14,1% em 2014 para 12,6% em 2015. O valor registado no último mês do ano era de 11,8%, o valor mais baixo desde Março de 2010. O nº de pessoas desempregadas em termos médios anuais foi de 646 mil pessoas, o que representa um decréscimo de 82 mil pessoas face ao ano anterior (-11,2%). A descida foi acompanhada este ano por uma maior dinâmica na criação de emprego devido ao um crescimento económico mais elevado. A população empregada terá crescido cerca de 1,2% (mais 52 mil pessoas para 4.478 mil indivíduos), o que representa uma desaceleração face a 2014 (+81 mil pessoas), posicionando-se muito aquém dos máximos de quase 5.0 milhões de indivíduos empregados em 2001, traduzindo assim uma enorme folga na utilização de recursos produtivos, a mesma que tem explicado o aumento de fluxos migratórios para fora do país. Com um crescimento de emprego inferior ao crescimento do produto, existe aqui implícito um forte aumento de produtividade, não espelhado em aumentos salariais consequentes.

GRÁFICO 11 SENTIMENTO ECONÓMICO PORTUGAL VS ZONA EURO

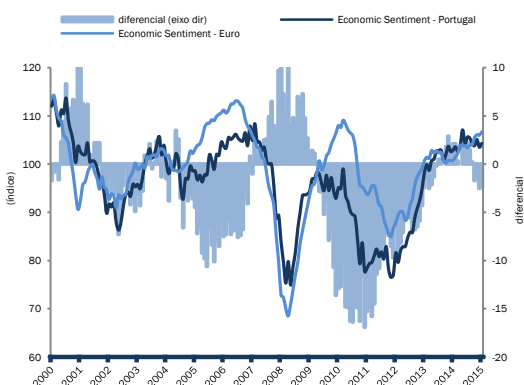
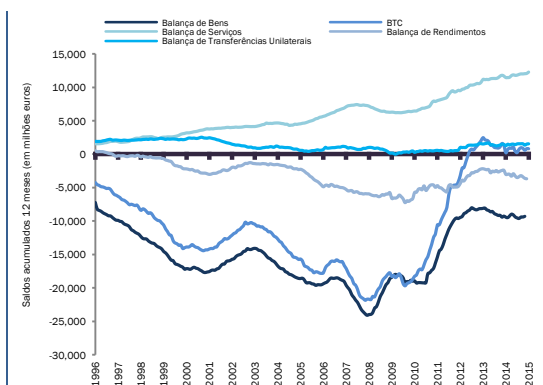


GRÁFICO 12 BALANÇA DE TRANSACÇÕES CORRENTES DE PORTUGAL



Neste sentido, a inflação em Portugal apresentou uma ligeira recuperação registando um valor médio homólogo de 0,5%, o que compara com a retração de preços evidenciada em 2014, altura em que havia contraído 0,2%. A trajetória reproduz assim com o natural efeito lag a evolução favorável do crescimento económico, que beneficiou a inflação subjacente (a avançar de um crescimento de apenas 0,1% em 2014 para 0,7% em 2015). Um outro contributo positivo ocorre na componente de produtos alimentares não transformados cujos preços transitam de uma contração de 2,1%, em 2014, para uma expansão de 1,9% em 2015. Em sentido contrário, os produtos energéticos intensificaram a variação negativa, registando uma taxa de variação de -3,6% em 2015 (-1,4% em 2014).

Mesmo com valores de crescimento mais elevados, conduzidos sobretudo pelos preços de serviços (+1,3%), a inflação *core* manteve-se baixa, demonstrando uma folga ainda muito substancial de oferta excedentária no mercado de bens e serviços, face a um contexto de procura em recuperação ainda muito frágil.

GRÁFICO 13 TAXA DE DESEMPREGO PORTUGAL VS ZONA EURO

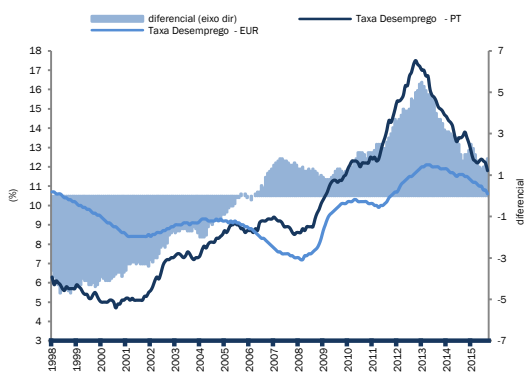
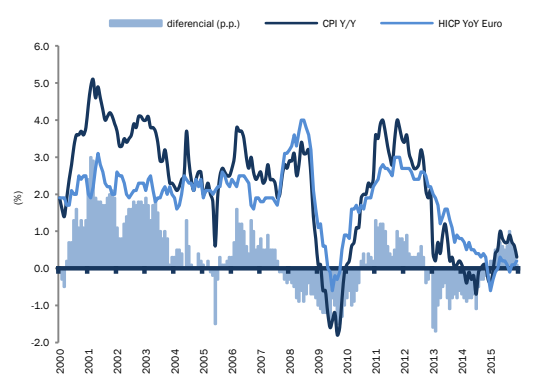


GRÁFICO 14 INFLAÇÃO HOMÓLOGA PORTUGAL VS ZONA EURO



Contas do Exercício

Situação Patrimonial

Nos termos do DL 203/2012, de 28 de agosto (diploma que aprova a lei orgânica do IGFCSS, IP):

- ✓ *O IGFCSS dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento de Estado e pelo Orçamento da Segurança Social para funcionamento, em contrapartida pelo serviço de administração e gestão dos fundos sob sua gestão (nº 1 do artigo 11º);*
- ✓ *O saldo das receitas referidas nos números anteriores [abarcando a totalidade das receitas do IGFCSS] verificado no final de cada ano transita automaticamente para o FEFSS, independentemente de quaisquer formalidades (nº 3 de artigo 11º).*

Da leitura destas duas normas resulta claro, desde logo, que todos os custos de funcionamento do IGFCSS são financiados por verbas do orçamento de estado (OE) ou do orçamento da segurança social (OSS). Com efeito, todas as despesas que resultam da sua atividade são previamente enquadradas e balizadas por um orçamento anual, sujeito à aprovação da tutela, sendo o valor correspondente transferido do FEFSS. Não faz por isso qualquer sentido considerar que a sua exploração possa ser deficitária.

Por outro lado, todo o dinheiro que receba para financiamento da sua atividade (proveniente do OE, do OSS ou de qualquer outra fonte de financiamento, designadamente das verbas que lhe são pagas pelo Fundo dos Certificados de Reforma e pelo Fundo de Compensação do Trabalho) que não seja gasto no exercício é imediatamente integrado no FEFSS. Resulta desta norma que, se por um lado a exploração não é deficitária, por outro lado, ela também não é superavitária.

Neste contexto pode concluir-se que, em contínuo, a situação patrimonial é naturalmente neutra.

Como forma de assegurar uma imagem fiel e verdadeira da situação patrimonial do IGFCSS, evitando que a perspetiva temporal aplicada aos conceitos ligados à ótica patrimonial (custos e proveitos) decorrente da aplicação do princípio da especialização de exercícios os distancie dos conceitos ligados à ótica orçamental (despesas e receitas) que norteia o financiamento do Instituto, gerando temporariamente resultados (positivos ou negativos) que desviam a situação patrimonial do Instituto da posição neutra que deve assumir, procedeu-se, naquelas situações, ao acréscimo ou diferimento de proveitos e custos por contrapartida dos valores a transferir pelo FEFSS.

O procedimento assenta no princípio contabilístico da continuidade, tem em conta as normas que regem o financiamento da atividade do Instituto acima apresentadas e aplica-se, sem exceção, a situações que a prazo são neutras do ponto de vista dos resultados.

Executado pela primeira vez em 2015, este procedimento deu origem a um Resultado Líquido positivo de 106 353,51€, colocando os capitais próprios do Instituto a zero. De 2016 em diante, o procedimento garantirá anualmente um resultado líquido nulo.

Conta de Exploração

Os custos de administração correspondentes ao funcionamento do Instituto têm estrutura semelhante à de uma sociedade gestora de fundos, concentrando-se especialmente nos custos com pessoal e nos fornecimentos e serviços externos.

TABELA 05 | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	31.12.2015	31.12.2014
Custos e Perdas		
Fornecimentos e Serviços Externos	681 526,30	598 144,71
Custos com Pessoal	1 249 311,33	1 245 140,42
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	14 844,81	19 578,85
Provisões do Exercício	33 860,70	53 165,75
Custos e Perdas Financeiros	1 259,01	1 302,11
Custos e Perdas Extraordinários	28 734,11	569 313,12
	2 009 536,26	2 486 644,96
Proveitos e Ganhos		
Transferências Concedidas	505 975,75	427 151,70
Prestações de Serviços	302 152,41	186 522,54
Transferências Correntes do OSS via FEFSS	2 286 776,86	1 996 397,00
Proveitos e Ganhos Financeiros	12 037,87	22 735,73
Proveitos e Ganhos Extraordinários	20 898,38	83 296,67
	2 621 865,52	2 288 951,94
Resultado Líquido do Exercício	106 353,51	(624 844,72)

Os proveitos obtidos pelo IGFSS, IP em 2015 provieram, principalmente, de dotações atribuídas pelo orçamento da segurança social (OSS), através do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)⁹, da prestação do serviço de gestão do Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)¹⁰ e do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)¹¹. As dotações atribuídas pelo OSS correspondem à imputação ao FEFSS dos custos de funcionamento e despesas de investimento do IGFSS, IP incorridas por este no ano económico.

De acordo com o estipulado no art.º 91, da lei n.º4/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Segurança Social), os saldos de gerência do IGFSS, IP são transferidos para o FEFSS.

Excluída a devolução dos saldos de gerência de 2015 (505 975,75€) os custos de funcionamento do Instituto (1 980 802,15€) corresponderam a 0,014% do montante médio de fun-

⁹ Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto.

¹⁰ Conforme o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do decreto-lei n.º 203/2012, de 28 de agosto, em conjugação com o disposto na alínea e) do artigo 30.º do Decreto-Lei 26/2008, de 22 de fevereiro.

¹¹ Conforme o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do regulamento n.º 390-B/2013, de 14 de outubro.

dos sob gestão durante o ano (13 983 587 403,73€) e concentram-se nas rubricas custos com pessoal (63%) e fornecimentos de bens e serviços (34%), sendo que destes, 26% se referem a encargos com as instalações (169 764,91€) e com terminais de acesso a informação financeira (336 710,82€).

Esta situação é característica da atividade de gestão de investimentos de fundos, particularmente assente em meios humanos e informacionais.

Remuneração dos Órgãos Sociais

Nos termos do disposto no artigo 10º do decreto-lei 203/2012, de 28 de agosto 'Os membros do conselho diretivo são equiparados, para efeitos remuneratórios, a gestor público'. Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 da RCM n.º 34/2012, de 7 de março, o IGFCSS é classificado no grupo A. Os vencimentos correspondentes ao grupo A encontram-se concretizados na RCM n.º 16/2012, de 9 de fevereiro.

No entanto, atento o princípio legalmente instituído que proíbe, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF, cujos efeitos foram prolongados por força do disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2015), qualquer valorização remuneratória, as remunerações que atualmente os membros do Conselho Diretivo auferem resultam do Despacho Conjunto n.º 199/2000, de 22 de fevereiro, com aplicação dos cortes remuneratórios entretanto aprovados.

No que respeita às remunerações do Conselho Consultivo, o n.º 4 do artigo 30º, da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, refere que os membros não são remunerados podendo ser abonadas ajudas de custo.

Relativamente à remuneração do Fiscal Único, esta encontra-se fixada no despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e Ministro da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, de 28 de janeiro de 2013, em 17% do montante fixado para o vencimento base mensal líquido, depois do corte de 5% previsto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, do respetivo presidente do órgão diretivo. Tratando-se de uma prestação de serviços este montante é acrescido de IVA à taxa legal.

Relatório de Autoavaliação

O presente capítulo visa corresponder ao previsto nos artigos 15º e 31º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Para 2015 a Tutela aprovou para o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP) os seguintes objetivos operacionais no âmbito do QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilidade:

EFICÁCIA

- ✓ OB 1 Criar Valor para a Segurança Social
- ✓ OB 2 Gestão prudente do FEFSS
- ✓ OB 3 Preservar valor dos fundos

EFICIÊNCIA

- ✓ OB 4 Controlar custos de gestão do FEFSS
- ✓ OB 5 Otimização da estrutura
- ✓ OB 6 Tempos de resposta a Conselho de Gestão do FCT

QUALIDADE

- ✓ OB 7 Cumprir a política de qualidade

TABELA 06 | OBJETIVOS DO QUAR 2015 – RESULTADOS

Objetivos	Não Atingidos	Atingidos	Superados
Eficácia	1	0	2
Eficiência	0	1	2
Qualidade	0	0	1

O objetivo “Criar valor para a Segurança Social” integrava dois indicadores de natureza muito diferente. Um, medido através do *excess return* da carteira do FEFSS sujeita a *benchmark*, avaliava a contribuição das decisões táticas para a valorização do FEFSS; este indicador foi superado, uma vez que o retorno desta carteira excedeu em 0,18% a carteira resultante das decisões de rebalanceamento. Com o outro indicador, elaboração do plano estratégico 2015-2018, pretendia-se preparar o futuro considerando as fortes restrições, quer financeiras quer de recursos humanos, a que a atividade do Instituto tem estado sujeita bem como as alterações verificadas nos objetivos do Instituto, ou nos fundos sob gestão, nos últimos anos, nomeadamente o grande investimento em dívida pública do FEFSS e a introdução da responsabilidade pela administração e gestão do Fundo de Compensação do Trabalho. Considera-se que este indicador foi superado uma vez que a data de aprovação do plano pelo Conselho Diretivo, 4 de junho, é anterior à data limite para a sua elaboração, 30 de junho. Visto os dois

indicadores que integram o objetivo “Criar valor para a Segurança Social” foram superados, o objetivo também o foi.

A carteira sujeita a *benchmark* tem como referência externa a carteira aprovada pelo Ministro da Tutela, então designado, Ministro da Solidariedade e Segurança Social, a qual, fixada em dezembro de 2011, admite um valor máximo para a volatilidade. Para assegurar uma “Gestão prudente do FEFSS” foi definido como indicador o “número de semanas com volatilidade exponencial fora do limite” cuja meta era 5 com uma tolerância de 1. Em 2015 a volatilidade exponencial esteve fora do limite 8 semanas, ultrapassando o limite superior do intervalo, pelo que o objetivo não foi atingido.

Saliente-se que, até 2015 a meta deste objetivo era 7 semanas com uma tolerância de 1 semana. Se em 2015 a meta não tivesse sido alterada o objetivo teria sido atingido. Desde que este objetivo integra o QUAR foi o primeiro ano em que houve semanas com a volatilidade exponencial fora do limite. Saliente-se, ainda, que uma vez ultrapassado o limite (8,5%) pode demorar algumas semanas até se conseguir o seu controlo, pelo que um episódio único de ultrapassagem do limite pode significar várias semanas em termos deste indicador. Aconteceu, de facto, que estando ultrapassado o limite na semana de 12 de maio, apenas na semana de 9 de junho a volatilidade exponencial voltou para o nível aceitável. Igualmente, tendo o limite sido ultrapassado em 25 de agosto, demorou 5 semanas a regressar abaixo do nível crítico.

O objetivo “Preservar valor dos fundos” integrava dois indicadores, cada um com um peso de 50%, referentes ao número de semanas com *tracking error* exponencial do Fundo de Certificados de Reforma e Fundo de Compensação do Trabalho fora do limite. Em ambos os casos não houve qualquer semana com o *tracking error* fora do limite, pelo que objetivo foi superado.

Para o objetivo “Controlar Custos de Gestão do FEFSS” definiu-se como indicador a percentagem dos custos de transação nas operações de compra e venda de ações, cuja meta era 0,025%. Tendo o indicador atingido o valor de 0,025%, o objetivo foi atingido.

Para superar o objetivo “Otimização da Estrutura”, as despesas de funcionamento *per capita* do IGFCSS deveriam decrescer pelo menos 2,5% relativamente ao valor de 2014. Como a redução foi de 6,7%, o objetivo foi superado.

O objetivo “Tempo de resposta a Conselho de Gestão do FCT” incluía uma série de indicadores respeitantes a tarefas a desenvolver, no apoio ao Conselho, para os quais foram definidas metas. Como todas as metas foram atingidas o objetivo foi superado.

O IGFCSS,IP é gerido numa ótica de processos, que são avaliados por uma bateria de indicadores, uns referentes aos processos de negócio, outros aos de suporte, sendo definidas metas para cada indicador. O objetivo “Cumprir a Política de Qualidade” foi superado uma vez que foram superados ambos os indicadores. O indicador dos processos de negócio atingiu o

valor de 78,26% quando o valor para superar era de 62,5% e o de processos de suporte atingiu o valor de 88,24% contra uma meta de superação de 82,5%.

O objetivo “Cumprir a política de qualidade” incluía, ainda, a obtenção do Selo ISO 9001-2008. Contudo, face a uma escassez, superveniente, de recursos humanos adstritos à área responsável pelos processos de qualidade foi solicitado ao Sr. Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social a eliminação desse objetivo, o que foi aceite por despacho de 18.09.2015.

Atividades previstas e não previstas e resultados alcançados

O plano de atividades do IGFCCS, IP para 2015 incluía os seguintes projetos:

ATIVIDADES CORRENTES

- i. Alocação estratégica do FEFSS, FCR-A e FCT
- ii. Gestão tática da carteira do FEFSS
- iii. Administração do Regime Público de Capitalização
- iv. Administração do FCT

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

- v. Contratação de Recursos Humanos
- vi. Contratação de novos serviços de custódia
- vii. Integração da contabilidade no SIF
- viii. Aperfeiçoamento do sistema de controlo interno
- ix. Elaboração do plano estratégico 2015-2018
- x. Certificação ISSO 9001

i. Alocação estratégica das carteiras do FEFSS, FCR-A e FCT

Como mencionado nos relatórios de anos anteriores, em resultado da elevada volatilidade da dívida pública portuguesa, procedeu-se a alterações nas carteiras de referência estratégica dos fundos, das quais foi excluída a dívida pública portuguesa. No caso do FEFSS a carteira de referência foi aprovada pela Tutela em dezembro de 2011; para o FCR foi definida como carteira de referência o índice EFSS Alemanha (1-10 anos) e para o FCT foi aprovada, pelo respetivo Conselho de Gestão, como carteira de referência um índice composto em 50% pelo EFFAS Alemanha (1-3 anos) e 50% pela taxa EONIA.

Mensalmente, a carteira de referência do FEFSS é avaliada através da maximização da rentabilidade por unidade de risco (índice de *Sharpe*) e o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, decide sobre o rebalanceamento da carteira originando um referencial interno sobre o qual decide desvios táticos. Em 2015 tomaram-se decisões de rebalanceamento em 17 de março, 16 de junho, 14 de Setembro e 16 de dezembro, que são descritas no relatório do FEFSS.

Relativamente ao FCR, em cada trimestre o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, fixa, em função da expectativa de evolução da curva de rendimentos da Alemanha, o nível de indexação ao índice EFFAS Alemanha (1-10 anos) e mensalmente avalia a possibilidade de rebalanceamentos. Em 2015 foram efetuados rebalanceamentos em março, junho, setembro e dezembro, operações que são descritas no relatório de gestão do FCR.

No que diz respeito ao FCT, em cada trimestre o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, fixa, em função da expectativa de evolução da curva de rendimentos da Alemanha, o nível de indexação ao índice EFFAS Alemanha (1-3 anos) e mensalmente avalia a possibilidade de rebalanceamentos. Em 2015 foram efetuados rebalanceamentos em março e junho, operações que são descritas no relatório de gestão do FCT.

ii. Gestão tática da carteira do FEFSS

A atividade corrente de gestão da carteira do FEFSS centra-se na definição de desvios táticos, usualmente na 1ª e 3ª semana de cada mês, à carteira de referência estratégica descrita em i. O resultado destes desvios é aferido pelo *excess return* que foi de 0,18%.

iii. Administração do Regime Público de Capitalização (RPC)

O IGFCCS,IP é responsável pela coordenação dos diversos organismos do Sistema de Segurança Social (Direção-Geral da Segurança Social, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, Instituto da Segurança Social, IP e Instituto de Informática, IP) com vista ao normal funcionamento das relações do Sistema de Segurança Social com os aderentes ao RPC. Estas relações incluem os processos de atendimento, adesão, renovação, suspensão, cessão, reporte de informação, cobrança de descontos, regularização e revogação de pagamentos, gestão do Fundo, atribuição de complementos, negociação de rendas, pagamento e controlo.

iv. Administração do Fundo de Compensação do Trabalho

O IGFCCS,IP é a entidade gestora do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei 70/2013, sendo responsável quer pela sua gestão quer por todo o trabalho de administração do fundo.

Durante o ano de 2015 continuou a implementação dos processos necessários à gestão administrativa do FCT, alguns dos quais à medida que o sistema informático de gestão dos fundos de compensação o permitia. Esta implementação foi condicionada quer pela escassez de recursos humanos quer por limitações no sistema informático, que não permitiu que a contabilização tivesse a celeridade desejada.

v. Contratação de Recursos Humanos

A alteração ao mapa de pessoal, que permitiria a contratação dentro da administração pública dos técnicos de que o Instituto precisa, foi aprovada pelo Ministro da Solidariedade e Segurança Social em 24.06.2013 e pelo Secretário de Estado da Administração Pública em 08.08.2013.

Contudo, em resultado de diversos constrangimentos referidos no relatório referente a 2014, apenas no início de 2015 foi publicado em Diário da República o aviso de abertura do processo concursal destinado apenas a trabalhadores em funções públicas.

A seleção, e seriação, final dos candidatos ocorreu no 4º trimestre de 2015, iniciando-se o processo de envio de propostas de contratação. Ainda durante o mês de dezembro foram celebrados os primeiros contratos, para início de funções a 1 de janeiro de 2016, processo que continuou nos primeiros meses de 2016.

vi. Contratação de novos serviços de custódia

Como mencionado em relatórios de anos anteriores, este processo sofreu vicissitudes várias fruto, nomeadamente, da previsão da despesa associada com o serviço de custódia.

Numa fase inicial, o montante da despesa prevista implicava que a sua autorização era da competência do Sr. Primeiro-ministro, tendo sido iniciado o processo visando tal autorização. Na sequência da Portaria nº 216-A/2013, de 2 de julho, que instruiu o Conselho Diretivo a investir até 90% da carteira em dívida pública portuguesa, concluiu-se que a despesa associada com o serviço de custódia seria bastante inferior ao previsto, cabendo nas competências do Conselho Diretivo.

Atendendo a que, por despacho de dezembro de 2013, foi delegada nos Conselhos Diretivos a competência para a autorização de encargos plurianuais, o CD aprovou a despesa com aquisição de serviços de custódia e solicitou o parecer prévio vinculativo à Sra. Ministra de Estado e das Finanças. Em maio foi concedida a autorização e em junho foi publicada, no Diário da República, a deliberação de extensão de encargos.

Posteriormente iniciou-se o processo de elaboração, e análise, das peças documentais do concurso que, dada sua complexidade, que foram aprovadas pelo Conselho Diretivo no final de 2015, tendo sido decidido que a abertura do processo concursal ocorreria nos primeiros dias de 2016, o que veio a acontecer.

vii. Integração da contabilidade no SIF

O Tribunal de Contas vem recomendando a integração da contabilidade do Instituto, e dos fundos geridos, na aplicação SIF-SAP.

Após a separação, em 2011, das entidades IGFCSS e FEFSS iniciou-se o processo de parametrização da entidade Instituto. Contudo, a integração da contabilidade do Instituto no SIF significa a integração do FCR cujos registos contabilísticos, seguindo as regras da Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, são efetuadas em contas à ordem da entidade gestora.

Como mencionado em relatórios de anos anteriores este processo tem sido lento em resultado das dificuldades no desenvolvimento do interface entre o sistema de gestão de ativos TRADER e o SIF-SAP e da insuficiência de recursos humanos na área da contabilidade, pro-

blema começou a ser ultrapassado no início de 2016 como referido no ponto v. (Contratação de Recursos Humanos).

Como mencionado no relatório referente a 2014 a contabilidade do FCT, que tem que ser articulada com todo o sistema dos fundos de compensação, foi programada para ser efetuada na aplicação SIF de forma a garantir consistência nas operações com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP e com o Fundo de Garantia da Compensação do Trabalho.

Durante 2015 continuou o processo de validação da solução, as peças contabilísticas elaboradas com base no SIF comparando-as com as que resultam do *software* contabilístico (GIN) usado para os outros fundos, o que tem permitido detetar erros, proceder à deteção das suas causas e posterior correção. Em consequência, existe hoje no Instituto um melhor conhecimento do sistema que possibilitará, uma implementação mais segura, e rápida, do SIF na contabilização dos restantes fundos.

viii. Melhoria do sistema de controlo interno

O Tribunal de Contas elaborou uma série de recomendações para melhoria do sistema de controlo interno que o Instituto tem vindo a procurar implementar. Uma dessas recomendações é o cálculo de rentabilidades de todas as classes de ativos bem como a desagregação do *excess return* por classes do *benchmark* interno. Nesse sentido foi encomendado ao fornecedor do sistema de gestão de ativos TRADER o desenvolvimento de tal módulo.

Nos testes realizados a uma versão inicial foram detetados vários problemas, que foram reportados ao fornecedor do *software* e que este começou a procurar resolver durante 2014. Esperava-se que em 2015, o regresso ao Instituto do técnico que tinha acompanhado o processo possibilitasse um avanço no seu desenvolvimento. Contudo, o técnico acabou por abandonar o Instituto definitivamente o que impossibilitou, por escassez de recursos humanos, avanços no processo.

ix. Elaboração do plano estratégico 2015-2018

Como mencionado acima, no contexto da avaliação do QUAR, o plano estratégico foi elaborado e aprovado pelo Conselho Diretivo em junho de 2015.

x. Certificação ISO 9001

Nas atividades previstas para 2015 incluía-se retomar o processo de certificação de qualidade ISO 9001-2008. Como mencionado na análise dos resultados do QUAR, este objetivo teve que ser eliminado, o que foi aprovado pela Tutela.

Apreciação dos Utilizadores

Não foram realizados inquéritos de satisfação aos aderentes do regime público capitalização.

Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de Controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Manuais de procedimentos por processo
1.2 E efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Audidores internos com formação ISO 9001
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Aprovado Código de ética dos colaboradores
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Comités de Investimento, Estratégia e Qualidade
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Auditoria externa às contas do IGCSS, I.P. do FEFSS, do FCR e do FCT realizada pela Grant Thornton
2 – Estrutura Organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Portaria 640/2007, de 30 de maio, alterada pela Portaria 1329-D/2011, de 30 de dezembro
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			
2.3 Que percentagem de colaboradores frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Aplicação Intranet (registo de ações de formação)
3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados no Serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Delegação de competências
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?		X		Dada a dimensão do Instituto, o volume de compras recorrentes é pequeno pelo que não se justifica a elaboração de um plano detalhado. As restantes aquisições, quer de bens quer de serviços, são definidas anualmente quando da elaboração do orçamento
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	Dado o caráter altamente especializado das funções não faz sentido rotação entre funções
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			No Manual de qualidade
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			No Manual de qualidade
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Comité da Qualidade
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Comité da Qualidade
4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Rede controlada pelo II,IP

Ações ou projetos não executados, parcialmente executados ou com resultados insuficientes

Da descrição dos diversos projetos previstos, e da sua execução, verifica-se que não foram integralmente cumpridos os projetos Contratação de Recursos Humanos, Contratação de novos serviços de Custódia, Aperfeiçoamento do Sistema de Controlo Interno e Integração da

Contabilidade no SIF. As causas de não cumprimento destes projetos são as mesmas que têm explicado o protelamento destes projetos.

Contudo, cumpre salientar que o projeto de contratação de recursos humanos foi praticamente todo concluído até ao final de 2015. Na verdade, cinco dos sete concursos foram encerrados no final de 2015. Destes, um foi encerrado sem que qualquer dos candidatos tenha tido aproveitamento e nos outros quatro, os trabalhadores selecionados iniciaram funções no IGFCCS no primeiro dia útil de 2016. Os restantes dois concursos só viriam a encerrar, como início de funções dos candidatos, em março porquanto se mostrou necessário solicitar esclarecimentos adicionais à DGAEP.

No que respeita ao projeto de contratação de novos serviços de custódia foram dados passos muito significativos na sua implementação. O concurso para a seleção de novo fornecedor de serviços de custódia só não foi lançado em 2015, porque o Conselho Diretivo entendeu que o final do ano não era o momento mais adequado à sua publicitação.

O desenvolvimento do módulo de rentabilidades, elemento em falta para concluir o processo de melhoria do sistema de controlo interno, tem sido condicionado quer pela capacidade de resposta do fornecedor do sistema de gestão de ativos TRADER, o que já foi mencionado em relatórios anteriores, quer pela disponibilidade, resultante de escassez e de um aumento das obrigações de reporte, dos recursos humanos do IGFCCS.

A escassez de recursos humanos, problema em vias de solução no início de 2016, tem sido um problema dos três departamentos do Instituto. Contudo, o acréscimo das obrigações de reporte tem amplificado o problema na área de controlo do Departamento de Estudos Planeamento e Controle (DEPC), a quem compete a responsabilidade pelo módulo de rentabilidades, e na área contabilística do Departamento de Apoio à Gestão, responsável pela integração no SIF.

Comparação com o desempenho de serviços idênticos

O desempenho do IGFCCS, IP é aferido pela capacidade de acrescentar valor aos patrimónios que gere, para além da rentabilidade que o mercado em que pode investir proporciona.

Utilizando como referência a informação sobre Fundos Poupança Reforma, da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (APFIPP), num conjunto de 37 fundos o FEFSS estaria no grupo dos 5 fundos com rentabilidade mais elevada e o FCR no grupo dos 10 de maior rentabilidade.

Considerando os dados da Mercer sobre rentabilidade dos Fundos de Pensões portugueses verifica-se que a rentabilidade do FEFSS foi superior à mediana de mercado, que se situou em 2.4%.

No caso do FCT, a comparação deverá ser feita com os fundos de curto prazo. Das estatísticas da APFIPP constam 9 destes fundos, todos com rentabilidade inferior à do FCT.

Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação do serviço

O IGCSS realiza, anualmente, inquéritos aos trabalhadores para avaliar o grau de satisfação e motivação tendo vindo, nos últimos anos, a utilizar o modelo proposto pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Em janeiro de 2015 o inquérito foi enviado aos trabalhadores tendo-se obtido apenas, mesmo depois de insistências adicionais, 1 resposta. Em consequência entende-se que os dados não são conclusivos, não sendo publicados.

Balanço Social

Quadro de Colaboradores

Os bons resultados de uma organização, em particular das que desenvolvem atividades intangíveis como a prestação de serviços financeiros, dependem em grande medida da qualificação, talento e motivação dos seus colaboradores.

Em 31.12.2015, o IGFCCS, IP tinha ao seu serviço um quadro de 23 colaboradores, assim distribuídos por departamentos e categorias profissionais.

TABELA 07 | QUADRO DE COLABORADORES

	DI	DEPC	DAG	STAFF	TOTAL
Direção	1	1	1	0	3
Técnica	3	5	6	2	16
Administrativa	0	1	2	1	4
Total	4	7	9	3	23

A especificidade e exigência técnica que decorre da atividade desenvolvida pelo IGFCCS, IP reflete-se na qualificação académica de base dos seus colaboradores, complementada de forma contínua por formação especializada.

A estrutura etária dos colaboradores é adulta (idade média de 45 anos) sendo, em termos de género, 52% do género masculino e 48% do género feminino.

GRÁFICO 11 | QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA

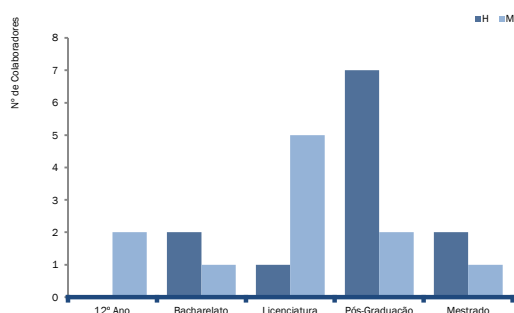
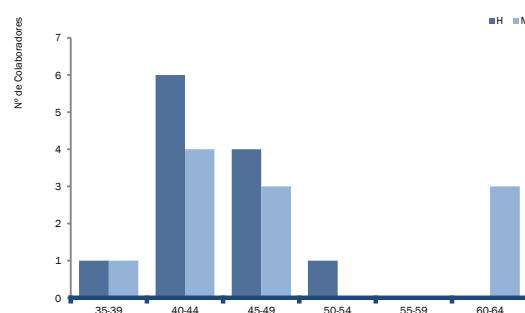


GRÁFICO 12 | DISTRIBUIÇÃO POR IDADE E GÉNERO



Formação

A atividade de gestão de ativos é marcada pela constante evolução e complexidade dos produtos e mercados financeiros, pelos métodos de gestão e investimento, pelo que a aposta na formação contínua e especializada dos seus quadros é uma preocupação constante e fundamental do IGFCCS, IP.

TABELA 08 | AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS EM 2015

	Dirigente	Técnico	Administrativo	Total	Nº Horas Médio Per Capita
Horas em Ações Internas	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00
Horas em Ações Externas	4:00	143:00	42:00	185:00	16:00
Total de Horas	4:00	143:00	42:00	185:00	16:00

Instituto de Gestão de Fundos, IP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

Código das Contas	ATIVO	Notas	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido 31-12-2015	Ativo Líquido 31-12-2014
	Imobilizado:					
	Imobilizações Corpóreas:					
423	Equipamento Básico	8.2.7	2 988,13	496,50	2 491,63	1 772,50
424	Equipamento de Transporte	8.2.7	75 593,16	75 593,16	0,00	0,00
426	Equipamento Administrativo	8.2.7	1 065 412,19	1 029 075,72	36 336,47	28 706,54
4291	Artigos e Objetos de Valor	8.2.7	19 248,75	0,00	19 248,75	19 248,75
4293	Outras Imobilizações Corpóreas	8.2.7	40 574,95	38 649,28	1 925,67	3 084,42
			1 203 817,18	1 143 814,66	60 002,52	52 812,21
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
24	Estado e outros entes públicos	8.2.39.1	2 622,24		2 622,24	2 622,24
26	Outros devedores	8.2.39.1	60 000,00		60 000,00	60 000,00
			62 622,24	0,00	62 622,24	62 622,24
	Conta no Tesouro, Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	8.2.39.2	797 228,74		797 228,74	489 814,33
11	Caixa	8.2.39.2	1 220,47		1 220,47	1 690,52
			798 449,21	0,00	798 449,21	491 504,85
	Acréscimos e Diferimentos:					
271	Acréscimos de Proveitos	8.2.39.3	469 915,11		469 915,11	93 034,10
272	Custos Diferidos	8.2.39.3	25 796,41		25 796,41	22 462,70
			495 711,52	0,00	495 711,52	115 496,80
	Total de Amortizações			1 143 814,66		
	Total de Provisões			0,00		
	Total do Ativo		2 560 600,15	1 143 814,66	1 416 785,49	722 436,10

Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		Notas	31-12-2015	31-12-2014
	Fundos Próprios:				
57	Reservas				
577	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos		8.2.32	389 063,19	389 063,19
59	Resultados Transitados		8.2.32	-495 416,70	129 428,02
88	Resultado Líquido do Exercício		8.2.32	106 353,51	-624 844,72
				0,00	-106 353,51
	Passivo:				
29	Provisões para Riscos e Encargos		8.2.31	194 073,80	160 213,10
				194 073,80	160 213,10
	Dívidas a Terceiros – Curto Prazo:				
221	Fornecedores, C/C		8.2.39.4	0,00	1 966,42
24	Estado e Outros Entes Públicos		8.2.39.4	18 418,48	0,00
26	Outros Credores		8.2.39.4	780 030,73	491 504,85
				798 449,21	493 471,27
	Acréscimos e diferimentos:				
273	Acréscimos de Custos		8.2.39.5	338 463,55	157 938,45
274	Proveitos Diferidos		8.2.39.5	85 798,93	17 166,79
				424 262,48	175 105,24
	Total dos Fundos Próprios e Passivo			1 416 785,49	722 436,10

IGFCSS, IP | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	Notas	31-12-2015		31-12-2014	
62	Fornecimentos e serviços externos			681.526,30		598.144,71
641 + 642	Custos com o pessoal	8.1.5	1.010.139,01		982.258,66	
	Remunerações					
645/8	Encargos sociais:	8.1.5	239.172,32	1.249.311,33	262.881,76	1.245.140,42
	Outros					
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	8.2.2 e 8.2.39.2	505.975,75	505.975,75	427.151,70	427.151,70
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	8.2.7 e 8.2.8	14.844,81		19.578,85	
67	Provisões do exercício	8.2.31	33.860,70	48.705,51	53.165,75	72.744,60
	(A)			2.485.518,89		2.343.181,43
68	Custos e perdas financeiras	8.2.37	1.259,01	1.259,01	1.302,11	1.302,11
69	Custos e perdas extraordinários	8.2.38		2.486.777,90		2.344.483,54
	(C)			287.341,11		569.313,12
	(E)			2.515.512,01		2.913.796,66
88	Resultado líquido do exercício			2.515.512,01		2.913.796,66
	(G)			106.353,51		-624.844,72
				2.621.865,52		2.288.951,94
	PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas					
	Prestações de Serviços					
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	8.2.35	302.152,41	302.152,41	186.522,54	186.522,54
	(B)	8.2.39.7	2.286.776,86	2.286.776,86	1.996.397,00	1.996.397,00
				2.588.929,27		2.182.919,54
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	8.2.37	12.037,87	12.037,87	22.735,73	22.735,73
79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.2.38		2.600.967,14		2.205.655,27
	(D)			20.898,38		83.296,67
	(F)			2.621.865,52		2.288.951,94
	RESUMO:					
	Resultados operacionais : (B)- (A) =		103.410,38		-160.261,89	
	Resultados financeiros : (D-B)- (C-A) =		10.778,86		21.433,62	
	Resultados correntes : (D)- (C) =		114.189,24		-138.828,27	
	Resultados antes de impostos : (F)- (E) =		106.353,51		-624.844,72	
	Resultados líquido do exercício : (F)- (G) =		106.353,51		-624.844,72	

Nota explicativa	Código			Recebimentos			
	Capº	Grupo	Artº				
	16	01		Saldo gerência anterior			
				Execução orçamental			
				De dotações orçamentais			
				De receitas próprias			
				Na posse do serviço - Depósitos à Ordem	427 151,70		
				Na posse do serviço - Depósitos a Prazo	0,00	427 151,70	
				Na posse do Tesouro			
				De receita do Estado			
				De operações de tesouraria	64 353,15	64 353,15	
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Receita do Estado			
				I - Total do saldo de Gerência na posse do serviço		491 504,85	491 504,85
				Receitas			
				Dotações orçamentais (OE)			
				CORRENTES			
				Rendimentos de Propriedade			
	05	02		Juros – Sociedades Financeiras	12 367,74	12 367,74	
			0112	Depósitos à Ordem	1 990,49		
			0113	Depósitos a Prazo	10 377,25		
	06	060105		Transferências Correntes	2 115 000,00	2 115 000,00	
				Transferências Correntes - Administração	2 115 000,00		
	07	02		Outros	289 966,84	289 966,84	
			9902	Outros Proventos	289 966,84		2 417 364,58
				DE CAPITAL			
	10	06	0103	Transferências de Capital	35 000,00	35 000,00	
				Receitas / Transferência p/ Capitalização	35 000,00		35 000,00
	15	01	01	Reposições não abatidas aos pagamentos	174,80	174,80	
				Reposições não abatidas aos pagamentos	174,80		174,80
				Receitas próprias			
				Correntes			
				Capital			
				II - Total das receitas e dos fundos próprios			2 452 539,38
				Total da receita do exercício I + II			2 452 539,38
				III - Total recebido do Tesouro em c/receitas próprias			
				IV - Total recebimentos Exercício I + II + III			2 944 044,23
				Importâncias Retidas p/ Entrega Est. ou Outras Entidades			
				Receita do Estado			
				Operações de tesouraria	285 663,98	285 663,98	285 663,98
				V - Total das retenções de fundos alheios			3 229 708,21
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Receita do Estado:	326 384,79		
				Operações de tesouraria:	334 405,02		
				Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V			3 229 708,21

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DESPESA

Nota explicativa	Código			Pagamentos			
	Agrup.	Sub-Agrup.	Rubrica				
				Despesas			
				Despesas Orçamentais (OE)			
				Correntes			
	01	00		Despesas com o pessoal	1 229 063,48		
		01		Remunerações Certas e Permanentes	997 582,58		
			02	Órgãos Sociais	150 637,80		
			03	Pessoal dos Quadros – FP	481 771,37		
			11	Representação	102 431,52		
			12	Suplementos e Prémios	92 616,13		
			13	Subsídio de Refeição	40 847,75		
			14	Subsídio de Férias e de Natal	129 278,01		
	01	02		Abonos Variáveis ou Eventuais	2 930,85		
			04	Ajudas de Custo	818,35		
			12	Indemnizações	0,00		
			14	Outros Abonos em Numerário ou em Espécie	2 112,50		
	01	03		Segurança Social	228 550,05		
			01	Encargos com Saúde – ADSE	0,00		
			05	Contribuições para a Segurança Social	228 550,05		
			09	Seguros	0,00		
	02			Aquisição de Bens e Serviços	691 206,02		
		01		Aquisição de bens	16 107,15		
			02	Combustíveis e Lubrificantes	5 093,02		
			04	Limpeza e higiene	764,57		
			08	Material de escritório	7 478,54		
			17	Ferramentas e utensílios	1 758,19		
			18	Livros e documentação técnica	633,06		
			21	Outros bens	379,77		
		02		Aquisição de Serviços	675 089,87		
			01	Encargos das instalações	51 384,19		
			02	Limpeza e higiene	14 377,47		
			03	Conservação de bens	5 558,22		
			04	Locação de Edifícios	102 662,01		
			09	Comunicações	3 920,63		
			12	Seguros	757,89		
			13	Deslocações e estadas	6 255,76		
			15	Formação	8 294,68		
			18	Vigilância e segurança	3 444,12		
			19	Assistência técnica	73 411,29		
			20	Trabalhos especializados	365 313,04		
			25	Outros Serviços	39 719,57		
	03			Juros e outros encargos	1 259,01		
		06		Outros encargos financeiros			
			0101	Serviços bancários	1 259,01		
	04			Transferências Correntes	427 151,70		
		06		Segurança Social			
			0002	Segurança Social	427 151,70		
	06			Outras Despesas Correntes	3 000,00	2 351 680,21	
				De Capital			
	07			Aquisições de Bens de Capital			
		01		Aquisições de Bens de Capital – Investimento	22 035,12		
			07	Equipamento informático	17 772,96		
			08	Software informático	3 253,56		
			09	Equipamento administrativo			
			15	Outros Investimentos	1 008,60	22 035,12	
	08			Transferências de capital - administrações públicas	0,00		
		06	0103	Transferências de capital		0,00	2 373 715,33
				II - Total de despesas por c/ receitas próprias			2 373 715,33
				Total despesas do exercício I + II			2 373 715,33
				III - Total entrega ao Tesouro em c/ receita própria			
				IV - Total pagamento do exercício I + II + III			2 373 715,33
				Importâncias Entregues ao Estado e Outras Entidades			
				Receita do Estado			
				Operações de Tesouraria	57 543,67	57 543,67	57 543,67
				V - Total da Despesa de Fundos Alheios			2 431 259,00
				SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		505 975,75	
				Execução Orçamental			
				Dotações Orçamentais (OE)			
				De receitas próprias			
				Na Posse do Serviço	505 975,75		505 975,75
				Na Posse do Tesouro			
				De Receita do Estado			
				De Operações de Tesouraria	292 473,46		292 473,46
				Descontos em Vencimentos e Salários:			
				Receita do Estado			0,00
				VI - Total do Saldo Gerência na posse do serviço			798 449,21
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Retidos na fonte e considerados pagos:			
				De receita do Estado	326 384,79		
				De operações de tesouraria	315 986,54		
				Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V + VI			3 229 708,21

Classificação Económica			Dotações Corrigidas (3)	Cativos ou Congelamentos (4)	Compromissos Assumidos (5)	Despesas Pagas			Diferenças			Grau de Execução Orçamental (12)=(8)/(3)*100
Código (1)	POCISSS	Descrição (2)				Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação Não Comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos Por Pagar (11)=(5)-(8)	
0101		Remunerações certas e permanentes	1 305 736,00	0,00	997 582,58	997 582,58	0,00	997 582,58	308 153,42	308 153,42	0,00	
010102	6411/6416	Órgãos sociais	150 706,00	0,00	150 637,80	150 637,80	0,00	150 637,80	68,20	68,20	0,00	99,95
01010301	6421111/64229	Pessoal dos quadros - FP	497 820,00	0,00	481 771,37	481 771,37	0,00	481 771,37	16 048,63	16 048,63	0,00	96,78
01010304		Recrutamento pessoal novos postos de trabalho	288 314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	288 314,00	288 314,00	288 314,00	0,00	0,00
010108		Pessoal aguardando aposentação	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,00
010111	64134/642281	Representação	102 438,00	0,00	102 431,52	102 431,52	0,00	102 431,52	6,48	6,48	0,00	99,99
010112	642285/642286	Suplementos e prémios	92 617,00	0,00	92 616,13	92 616,13	0,00	92 616,13	0,87	0,87	0,00	100,00
010113	64131/642241	Subsídio de refeição	41 113,00	0,00	40 847,75	40 847,75	0,00	40 847,75	265,25	265,25	0,00	99,35
01011401	6412/642112	Subsídio de férias	67 519,00	0,00	65 543,81	65 543,81	0,00	65 543,81	1 975,19	1 975,19	0,00	97,07
01011402	6412/642112	Subsídio de Natal	64 209,00	0,00	63 734,20	63 734,20	0,00	63 734,20	474,80	474,80	0,00	99,26
010115		Remunerações por doença mat / pat	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,00
0102		Abonos variáveis ou eventuais	64 140,00	0,00	2 930,85	2 930,85	0,00	2 930,85	61 209,15	61 209,15	0,00	
010202		Horas extraordinárias	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,00
010204	64132	Ajudas de custo	1 000,00	0,00	818,35	818,35	0,00	818,35	181,65	181,65	0,00	81,84
01021201		Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	60 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	0,00	0,00
01021202	6486	Programa de rescisões por mútuo acordo	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,00
010214	642283	Outros abonos numérico ou espécie	2 140,00	0,00	2 112,50	2 112,50	0,00	2 112,50	27,50	27,50	0,00	98,71
0103		Segurança social	233 263,00	0,00	228 550,05	228 550,05	0,00	228 550,05	4 712,95	4 712,95	0,00	
01030501	6452	Contribuições para a CGA	60 449,00	0,00	60 379,52	60 379,52	0,00	60 379,52	69,48	69,48	0,00	99,89
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	172 314,00	0,00	168 170,53	168 170,53	0,00	168 170,53	4 143,47	4 143,47	0,00	97,60
010309		Seguros	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,00
0201		Aquisição de bens	26 250,00	0,00	16 107,15	16 107,15	0,00	16 107,15	10 142,85	10 142,85	0,00	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	7 500,00	0,00	5 093,02	5 093,02	0,00	5 093,02	2 406,98	2 406,98	0,00	67,91
020104	62234	Limpeza e higiene	1 250,00	0,00	764,57	764,57	0,00	764,57	485,43	485,43	0,00	61,17
020108	62217	Material de escritório	12 000,00	0,00	7 478,54	7 478,54	0,00	7 478,54	4 521,46	4 521,46	0,00	62,32
020117	62215	Ferramentas e utensílios	2 000,00	0,00	1 758,19	1 758,19	0,00	1 758,19	241,81	241,81	0,00	87,91
020118	62216	Livros e documentação técnica	2 000,00	0,00	633,06	633,06	0,00	633,06	1 366,94	1 366,94	0,00	31,65
020121	622981	Outros bens	1 500,00	0,00	379,77	379,77	0,00	379,77	1 120,23	1 120,23	0,00	25,32
0202		Aquisição de serviços	803 112,00	0,00	675 098,87	673 132,45	1 966,42	675 098,87	128 013,13	128 013,13	0,00	
020201	62211/62213/62236/21111	Encargos das Instalações	56 200,00	0,00	51 384,19	49 417,77	1 966,42	51 384,19	4 815,81	4 815,81	0,00	91,43
020202	62234	Limpeza e higiene	14 600,00	0,00	14 377,47	14 377,47	0,00	14 377,47	222,53	222,53	0,00	98,48
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	10 250,00	0,00	5 558,22	5 558,22	0,00	5 558,22	4 691,78	4 691,78	0,00	54,23
02020402	622191	Locação de edifícios - Outras entidades	95 206,00	0,00	95 174,01	95 174,01	0,00	95 174,01	31,99	31,99	0,00	99,97
02020403		Princípio Onerosidade	7 488,00	0,00	7 488,00	7 488,00	0,00	7 488,00	0,00	0,00	0,00	100,00
020209	62222	Comunicações	10 200,00	0,00	3 920,63	3 920,63	0,00	3 920,63	6 279,37	6 279,37	0,00	38,44
020212	62223	Seguros	950,00	0,00	757,89	757,89	0,00	757,89	192,11	192,11	0,00	79,78
020213	62227	Deslocações e estadas	15 000,00	0,00	6 255,76	6 255,76	0,00	6 255,76	8 744,24	8 744,24	0,00	41,71
020215	6483	Formação	15 000,00	0,00	8 294,68	8 294,68	0,00	8 294,68	6 705,32	6 705,32	0,00	55,30
020217		Publicidade	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,00
020218	62235	Vigilância e segurança	3 450,00	0,00	3 444,12	3 444,12	0,00	3 444,12	5,88	5,88	0,00	99,83
020219	62245	Assistência técnica	102 756,00	0,00	73 411,29	73 411,29	0,00	73 411,29	29 344,71	29 344,71	0,00	71,44
020220	62236	Outros trabalhos especializados	431 012,00	0,00	365 313,04	365 313,04	0,00	365 313,04	65 698,96	65 698,96	0,00	84,76
020225	622982	Outros serviços	40 500,00	0,00	39 719,57	39 719,57	0,00	39 719,57	780,43	780,43	0,00	98,07
0306		Juros e outros encargos	3 000,00	0,00	1 259,01	1 259,01	0,00	1 259,01	1 740,99	1 740,99	0,00	
030601	68818	Outros encargos financeiros	3 000,00	0,00	1 259,01	1 259,01	0,00	1 259,01	1 740,99	1 740,99	0,00	41,97
04		Transferências correntes	427 151,70	0,00	427 151,70	427 151,70	0,00	427 151,70	0,00	0,00	0,00	
0406	63115	Segurança social	427 151,70	0,00	427 151,70	427 151,70	0,00	427 151,70	0,00	0,00	0,00	100,00
07		Aquisição de bens e investimento	235 000,00	0,00	22 035,12	22 035,12	0,00	22 035,12	212 964,88	212 964,88	0,00	
070107	426	Material de informática	50 000,00	0,00	17 772,96	17 772,96	0,00	17 772,96	32 227,04	32 227,04	0,00	35,55
070108	426	Software informático	160 000,00	0,00	3 253,56	3 253,56	0,00	3 253,56	156 746,44	156 746,44	0,00	2,03
070109	426	Equipamento administrativo	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00
070115	429	Outros investimentos	15 000,00	0,00	1 008,60	1 008,60	0,00	1 008,60	13 991,40	13 991,40	0,00	6,72
0602		Outras despesas correntes	3 000,00	0,00	3 000,00	3 000,00	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	
060201	622982114	Impostos e taxas	3 000,00	0,00	3 000,00	3 000,00	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	100,00
		TOTAL	3 100 652,70	0,00	2 373 715,33	2 371 748,91	1 966,42	2 373 715,33	726 937,37	726 937,37	0,00	76,56

Classificação Económica			Previsões Corrigidas (3)	Recostas por Cobrar no Início do Ano (4)	Recostas Líquidas (5)	Recostas Anuladas (6)	Recostas Cobradas Brutas (7)	Reembolsos e Restituições		Recosta Cobrada Líquida (10)=(7)-(9)	Recostas por Cobrar no Final do Ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de Execução Orçamental (12)=(10)/(3)*100
Código (1)	POCISSS	Descrição (2)						Emitidos (8)	Pagos (9)			
05		Rendimentos de propriedade	8 000,00		12 367,74	0,00	12 367,74			12 367,74	0,00	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	8 000,00		12 367,74		12 367,74			12 367,74	0,00	154,60
06		Transferências correntes	2 377 001,00		2 115 000,00	0,00	2 115 000,00			2 115 000,00	0,00	
0606		Segurança Social										
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	2 377 001,00		2 115 000,00		2 115 000,00			2 115 000,00	0,00	88,98
07		Vendas de bens e serviços correntes	53 000,00		289 996,84	0,00	289 996,84			289 996,84	0,00	
0702	712	Serviços	53 000,00		289 996,84		289 996,84			289 996,84	0,00	547,16
10		Transferências	235 000,00		35 000,00	0,00	35 000,00			35 000,00	0,00	
10060103	798311628	Segurança Social	235 000,00		35 000,00		35 000,00			35 000,00	0,00	14,89
15		Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00		174,80	0,00	174,80			174,80	0,00	
150101	6421111	Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00		174,80		174,80			174,80	0,00	34,96
16		Outras receitas de capital	487 151,70		487 151,70		487 151,70			487 151,70	0,00	
		TOTAL	3 160 652,70		2 939 691,08	0,00	2 939 691,08			2 939 691,08	0,00	

Anexo às Demonstrações Financeiras

Enquadramento jurídico e atividade

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (“IGFCSS”) foi criado através do Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro o qual aprovou os respetivos estatutos, tendo posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP.

Em 29 de maio foi publicado o Decreto-Lei 216/2007 que vem reformular a lei orgânica do IGFCSS assim como proceder à revisão dos respetivos estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGFCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 94º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do nº 1 do artigo 48º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro.

Em 28 de agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei 203/2012 que vem alterar a lei orgânica do IGFCSS.

O IGFCSS, tem como missão e atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, podendo prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou apoio técnico, decorrente da sua experiência de atividade e da informação económico financeira de que dispõe.

A sua atividade está sujeita a fiscalização pelo Tribunal de Contas.

No final de 2015 o IGFCSS tinha sob gestão, o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), o Fundo dos Certificados de Reforma (FCR), este criado no âmbito do regime público de capitalização e o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O regime público de capitalização, regulado pelo Decreto-Lei nº 26/2008, de 22 de fevereiro, constitui um mecanismo de fomento à poupança com gestão pública, visando responder às necessidades dos cidadãos no momento em que passem à condição de pensionistas ou de aposentados por velhice ou invalidez.

Trata-se de um regime de capitalização de adesão individual e voluntária. Cada aderente dispõe de uma conta à qual são afetas as respetivas contribuições, convertendo-se em certificados de reforma. Estes valores integram um fundo autónomo gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS.

O Fundo de Compensação do Trabalho foi criado em 14 de outubro de 2013, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 5º da Lei 70/2013 de 30 de agosto.

O Fundo de Compensação do Trabalho é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação

do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

O Fundo de Compensação do Trabalho é alimentado por entregas mensais efetuadas pelo empregador correspondentes a 0.925% do valor do vencimento base e diuturnidades dos trabalhadores abrangidos. As entregas mensais são obrigatórias, salvo opção do empregador por adesão a Mecanismo Equivalente.

Estão abrangidos pelo regime jurídico do Fundo de Compensação do Trabalho as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho após o dia 01.10.2013, salvo nas situações previstas nos números 2 a 5 do artigo 2º da referida Lei.

De 2007 a 2010 foram apresentadas, em separado, as Demonstrações Financeiras do FEFSS, as quais foram elaboradas tomando por base os registos contabilísticos do próprio IGFCSS.

O relatório 29/2010 do tribunal de Contas veio clarificar a questão da separação dos patrimónios do IGFCSS e do FEFSS. Com efeito, é entendimento inequívoco daquele órgão que face ao novo enquadramento normativo (DL 216/2007 vs DL 449-A/99) deverá manter-se a apresentação de um orçamento e de uma conta autónoma relativa ao FEFSS, os quais integram, por si próprios o orçamento e a conta da Segurança Social.

De acordo com este entendimento, o Conselho Diretivo decidiu proceder à separação do orçamento e das contas do FEFSS a partir de 2011.

As operações relativas ao FCR são registadas em contas de ordem do IGFCSS, IP, à semelhança do que sucede para as sociedades gestoras em relação aos fundos por elas administrados.

Principais Indicadores dos Fundos sob Gestão

FEFSS – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

Os principais indicadores do FEFSS em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são como segue:

TABELA 09 | ESTRUTURA DA CARTEIRA DO FEFSS

	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Reserva Estratégica ^{a)}	3 658 301,63	0,03%	20 148 694,10	0,15%
Rendimento Fixo ^{b)}	10 500 097 336,68	74,47%	10 330 061 639,83	76,50%
Europa ex-Reino Unido	10 026 453 020,86	71,11%	9 636 922 341,83	71,36%
EUA	355 533 274,12	2,52%	536 345 316,99	3,97%
Reino Unido	118 111 041,70	0,84%	156 793 981,01	1,16%
Rendimento Variável ^{c)}	1 261 625 434,74	8,95%	1 470 717 110,15	10,89%
EUR ex-Portugal	88 951 865,19	0,63%	95 418 809,68	0,71%
Portugal	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Suíça	48 073 908,67	0,34%	67 112 751,51	0,50%
Reino Unido	106 691 087,97	0,76%	160 002 784,43	1,18%
Noruega	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Suécia	0,00	0,00%	0,00	0,00%
EUA	676 878 342,57	4,80%	792 895 275,92	5,87%
Canadá	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Japão	341 030 230,34	2,42%	355 287 488,61	2,63%
Austrália	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Imobiliário	167 985 635,12	1,19%	163 923 799,80	1,21%
Liquidez ^{d)}	2 163 638 285,54	15,35%	1 518 815 837,34	11,25%
Provisões Impostos Receber	2 649 329,58	0,02%	287 104,54	0,00%
Total	14 099 654 323,29	100,00%	13 503 954 185,76	100,00%

Por Memória:

Dívida Pública Nacional ^{a)}	11 011 423 627,79	78,10%	10 134 136 756,62	75,05%
Futuros s/ Obrigação (nocial)	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Futuros s/ Ações (nocial)	-4 245 830,19	0,00%	27 026 663,17	0,20%

Notas:

- Inclui o valor noacional dos futuros e as valias potenciais dos forwards
- Inclui os juros corridos e as valias potenciais de forwards
- A percentagem correspondente a liquidez já foi deduzida dos depósitos em margens afetas à réplica de investimentos feitos através de contratos de futuros
- As emissões de dívida garantida mas não emitida pelas administrações públicas, os bilhetes do tesouro nacional e os CEDIC fazem parte do grupo Dívida Pública Nacional para efeitos de rácios regulamentares

Para determinação da melhor combinação entre o retorno esperado e risco estimado da parte da carteira não investida em dívida pública portuguesa foi aprovada, no final de 2011, pelo ministro da Tutela a seguinte carteira:

TABELA 10 | COMPOSIÇÃO E ÍNDICES DE MERCADO DA CARTEIRA DA TUTELA

Classe de Ativos	Peso	Índice
Outra Dívida Pública	62,0%	Composição de mercado dos índices EFF para os mercados do Euro, Reino Unido e Estados Unidos
Ações OCDE	38,0%	Composição de Mercado dos índices Eurostoxx50, FTSE100, SMI20, SP500, TOPIX
Liquidez	0,0%	Bilhete do tesouro Alemão a 3 meses

FCR – Fundo dos Certificados de Reforma

Os principais indicadores do FCR – Fundo dos Certificados de Reforma para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser descritos como segue:

TABELA 11 | FCR – VALOR DO FUNDO E DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

	Exercício	
	2015	2014
Contribuições Acumuladas em Ex ^{os} Anteriores Deduzidas Resgates	29 028 983,67	26 495 758,86
Contribuições do Exercício Deduzidas de Resgates	2 200 454,00	2 533 224,81
Numerário e Depósitos Bancários	621 266,14	402 904,66
Títulos Negociáveis	36 578 664,08	34 283 747,39
Devedores Gerais	239 701,06	85 506,27
Acréscimos e Diferimentos	(465,95)	(441,88)
Credores Gerais	(126 970,89)	(411 583,64)
Total do Património Líquido	37 312 190,44	34 360 132,80
Número de Unidades de Participação	27 654 502,60	25 870 175,75
Valor por Unidade de Participação	1,34923	1,32818

TABELA 12 | RENTABILIDADE E RISCO DO FCR EM 31.12.2015

Valor de Mercado (€)	Valor Unitário dos Certificados de Reforma (€)				Valorização Média Anual ^{a)}			Rentabilidade	
	31-12-2015	Médio Út. 12 meses	Médio Út. 36 meses	Médio desde início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde início	Rentabilidade em 2015	Volatilidade anualizada
37 312 190,47	1,34923	1,34836	1,27508	1,16540	0,40%	4,04%	3,96%	2,16%	3,23%

a) Taxa interna de rentabilidade anual de entregas mensais constantes, respeitando as datas de subscrição no período indicado

FCT – Fundo de Compensação do Trabalho

Os principais indicadores do FCT – Fundo de Compensação do Trabalho em 31 de dezembro de 2015 podem ser relatados como segue:

TABELA 13 | RENTABILIDADE E RISCO DO FCT EM 31.12.2015

Valor de Mercado (€)	Valor Unitário dos Certificados de Reforma (€)				Valorização Média Anual ^{a)}			Rentabilidade	
	31-12-2015	Médio Út. 12 meses	Médio Út. 36 meses	Médio desde início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde início	Rentabilidade em 2015	Volatilidade anualizada
54 818 275,82	1,02527	1,02370	1,01525	1,01525	0,34%	0,95%	0,95%	0,95%	0,63%

a) Taxa interna de rentabilidade anual de entregas semanais constantes, respeitando as datas de subscrição no período indicado

Notas às Contas

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (“POCISSSS”). As notas cuja numeração é omissa deste anexo não são aplicáveis ao FEFSS ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – Identificação

Designação	Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP)
Nº Identificação Fiscal	504 863 797
Endereço	Av. Fernão de Magalhães, 1862 3º Dto, 4350-158 Porto
Regime Financeiro	Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial, com natureza de instituto público
Tutela	Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

8.1.2 – Legislação

O Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro, criou o IGFCSS, aprovou os respetivos estatutos, tendo, posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP. O Decreto-Lei 216/2007, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, alterou a lei orgânica assim como os estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGFCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 94º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do nº 1 do artigo 48º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro.

Estatutos aprovados pela portaria 640/2007 de 30 de maio e alterados pela Portaria 1329-D/2010 de 30 de dezembro.

A atual lei orgânica do MTSS foi publicada pelo Decreto-Lei nº 126/2011 de 29 de dezembro.

Em 28 de Agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei nº 203/2012 que determina a nova orgânica do IGFCSS.

8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

São órgãos do IGFCSS, IP:

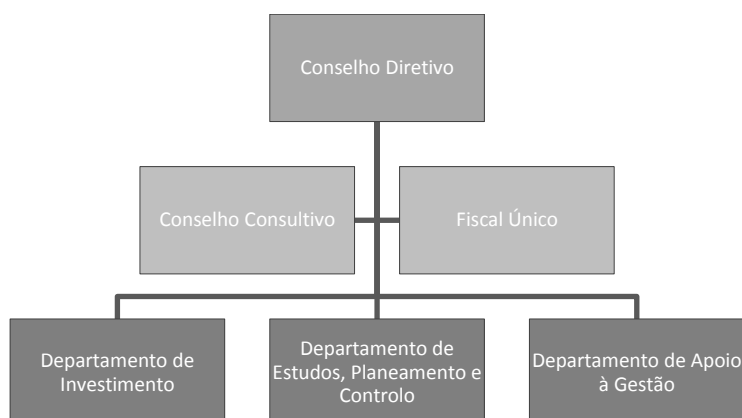
- ✓ O Conselho Diretivo, constituído por um presidente, um vice-presidente e um vogal;
- ✓ O Conselho Consultivo, constituído por dois representantes institucionais indicados, cada um deles, respetivamente, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, e pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública e ainda, por um representante de cada um dos parceiros sociais que integram a Comissão Permanente de Concertação Social e por três personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira;
- ✓ O Fiscal único.

Em 22 de março de 2010 foi solicitada a nomeação do Fiscal Único nos termos do artigo 27º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, isto é, por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da tutela, obrigatoriamente, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Pelo Despacho nº 3378/2013 de 4 de março de 2013, foi designado o fiscal único do IGFCCS, a Sociedade de Revisores de Contas Horwath & Associados, SROC, Lda, com o registo da CMVM nº 9171, representada pelo revisor oficial de contas Dra. Ana Raquel Borges Louro Esperança Sismeiro.

O IGFCCS, IP dispõe de um mapa de pessoal de 40 lugares (41 em 2014), aprovado por despacho do SESS nos termos do disposto no artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o Organograma funcional do IGFCCS era o seguinte:



8.1.4 – Descrição Sumária das Atribuições e das Atividades Prosseguidas no Exercício Económico

O IGFCCS tem por objeto a gestão de fundos de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais. Em 2015, teve sob sua gestão o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, o Fundo dos Certificados de Reforma e o Fundo de Compensação do Trabalho.

O IGFCSS tem ainda como uma das principais atribuições a administração do regime público de capitalização, criado pelo Decreto-Lei 26/2008 de 22 de fevereiro.

ATRIBUIÇÕES / ATIVIDADES

Gerir em regime de capitalização a carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e de outros Fundos e as disponibilidades financeiras que lhe sejam afetas.

Administrar o regime público de capitalização, incluindo a gestão, em regime de capitalização, dos fundos e dos planos de rendas que lhe são subjacentes.

Promover o planeamento, organização, direção e controlo nas áreas de gestão das carteiras de aplicações, análise de mercado e informações estatísticas.

Administrar o património imobiliário que lhe está afeto.

Colaborar e articular-se com outras instituições do sistema de segurança social.

Negociar e contratar com as instituições do sistema monetário e financeiro as aplicações pertinentes.

Realizar as transferências necessárias para assegurar a estabilização financeira da segurança social.

Colaborar e articular-se com os serviços do setor público administrativo.

Assessorar o membro do Governo responsável pela área de trabalho e da solidariedade social nas matérias relacionadas com as atribuições sobre a gestão em regime de capitalização.

Prestação a outras entidades públicas e privadas de serviços de gestão e de apoio técnico.

Gerir patrimónios autónomos suscetíveis de investimento no médio e longo prazo.

8.1.5 – Recursos Humanos

Durante o exercício de 2015, os responsáveis pelas unidades organizacionais do IGFCSS eram os seguintes:

UNIDADES ORGANIZACIONAIS	NOME DOS RESPONSÁVEIS
Conselho Diretivo	Manuel Baganha, Presidente Paulo Francisco, Vice-Presidente Teresa Fernandes, Vogal
Departamento de Investimento	Ana Abreu
Departamento de Apoio à Gestão	Pedro Andrade
Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo	José Vidrago

Em 31 de dezembro de 2015, o pessoal do quadro do IGFCSS encontrava-se dividido da seguinte forma:

EFETIVOS POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA E O SEXO

		Dirigente	Técni/Técni Superior	Adm/Assist. Técnico	Total
Total de Efetivos	Homens	4	9	1	14
	Mulheres	2	7	3	12
	Total	6	16	4	26
Comissão de Serviço (LVCR), Dirigentes	Homens	4			4
	Mulheres	2			2
	Total	6			6
CT em Funções Públicas por tempo indeterminado, carreiras gerais	Homens		1		1
	Mulheres			2	2
	Total		1	2	3
CT em Funções Públicas por tempo indeterminado, carreiras não revistas	Homens		8	1	9
	Mulheres		7	1	8
	Total		15	2	17

Nos termos do Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, as carreiras nas quais se encontram integrados os trabalhadores do IGFCS, com exceção dos trabalhadores que transitaram do quadro da função pública, continuam a reger-se pelas disposições normativas que lhes eram aplicáveis a 31/12/2008 e pelo Regulamento de Política de Pessoal e Tabela de Remunerações, aprovado pela tutela em 13/01/2000, tratando-se de carreiras subsistentes porquanto ainda não foram objeto de revisão ou de extinção.

VARIAÇÃO DO PESSOAL EM 2015

Grupos Profissionais	Efetivos em 31.12.2013	Efetivos em 31.12.2014	Varição dos Efetivos
Pessoal Dirigente (Comissão de Serviço)	6	6	0,0%
Técnicos Superiores (Carreiras Gerais)	1	1	0,0%
Assistente Técnico (Carreiras Gerais)	2	2	0,0%
Assistente Operacional	0	0	0,0%
Outros - Carreiras não Revistas	17	17	0,0%

8.1.6 – Organização Contabilística

Relativamente à organização contabilística do IGFCS durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a mesma pode ser descrita como segue:

ASPETOS PRINCIPAIS REFERENTES À ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	SIM	NÃO
Existência de um manual de procedimentos contabilísticos	✓	
Todos os registos estão apoiados em documentos justificativos, datados/ordenados numericamente	✓	
As operações são registadas cronologicamente	✓	
Os erros ou omissões são objeto de regularização contabilística	✓	
Existência de demonstrações financeiras intercalares		✓
Existência de descentralização contabilística		✓

O IGFCCS está sujeito, no aspeto contabilístico, à disciplina do POCISSSS – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, conforme previsto no Decreto – Lei 12/2002 de 25 de janeiro.

Para despesas de pequeno montante e cujo pagamento tem de ser efetuado de imediato, foram constituídos Fundos Fixos do Porto e de Lisboa com os valores de 750 Euros e 350 Euros, respetivamente. Os Fundos Fixos são reconstituídos mensalmente, com base nas despesas efetuadas, até ao limite do valor da sua constituição. Para efeitos de encerramento de contas do IGFCCS, os saldos dos Fundos Fixos são apurados para relevação contabilística dos mesmos na conta “Caixa”.

Os valores das receitas provenientes das operações financeiras, relativos aos fundos geridos são depositados nos prazos habituais dos mercados financeiros (usualmente 2 ou 3 dias úteis após), pelo agente liquidador da venda, na conta bancária indicada pelo IGFCCS.

Os registos e as conferências de títulos das carteiras do FEFSS, do FCR e do FCT são feitos diariamente. Esta conferência é feita pelo Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

Como a atividade desta Instituição obriga a uma permanente utilização dos seus fundos, é efetuada a conferência dos valores disponíveis, diariamente, nas contas bancárias afetas ao FEFSS, ao FCR e ao FCT. Esta conferência é efetuada pelos técnicos do Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

As compras do material necessário ao funcionamento dos serviços, são efetuadas em pequenas quantidades, dado o pouco significativo número de colaboradores, o que facilita, quer a contagem imediata das quantidades entradas, quer ainda a verificação do equipamento de fácil manuseamento, como por exemplo, máquinas de calcular e outros artigos de escritório.

As faturas recebidas são devidamente conferidas no que respeita às quantidades, aos preços unitários e globais, aos descontos de pagamento e ainda aos respetivos impostos. Os colaboradores adstritos ao Departamento de Apoio à Gestão, exercem as mais diversas funções, pelo que, dada a diminuta quantidade de faturas recebidas, também executam o seu registo.

O colaborador que elabora as folhas de vencimentos nunca é o mesmo que as confere e aprova.

Para a guarda de cheques e dinheiro existe um cofre.

É efetuada uma conferência mensal dos registos contabilísticos. As regularizações são suportadas por notas de lançamento.

As conciliações bancárias, das contas afetas ao pagamento de despesas de funcionamento do IGFCCS, são efetuadas, mensalmente, contemplando a identificação dos cheques em trânsito.

A conferência das contas de terceiros é realizada mensalmente.

No que concerne ao material de consumo corrente, não existe inventário para as existências, uma vez que as quantidades adquiridas são tão pequenas que não se justifica a inventariação do *stock* dos materiais, sendo fácil o seu controlo.

O material de secretaria é conferido no ato de entrega.

Breve descrição das principais características do sistema informático

O IGFSS utiliza atualmente, para suporte da sua área de contabilidade, um *software* específico: o GIN. Trata-se de uma aplicação cliente/servidor que se apoia numa base de dados Oracle e que se encontra perfeitamente integrada com o *software* de gestão de ativos Trader, fruto da parceria celebrada entre as duas *software houses*, fornecedoras daqueles *softwares*. As duas aplicações estão instaladas em infraestruturas de suporte distintas mas as respetivas bases de dados partilham a mesma instância de Oracle. Importa ainda referir que os lançamentos referentes às operações do FEFSS, do FCR e do FCT são gerados pelo Trader e posteriormente, integrados no GIN por processo automático.

8.1.7 – Outra Informação Considerada Relevante

Para além do acima exposto, entende-se como relevante para a caracterização da entidade, a seguinte informação adicional, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE	SIM	NÃO
Existência de fundo fixo de caixa	✓	
A cobrança é depositada diariamente		N.A
O controlo de valores em caixa é efetuado com periodicidade diária	✓	
É efetuado o controlo sistemático de faturas recebidas	✓	
Há reconciliação bancária mensal	✓	
As contas de terceiros são examinadas periodicamente	✓	
Inventariação no final do exercício	✓	

8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.2 – Indicação e Comentário das Contas e da Demonstração dos Resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2014 com a exceção dos que resultam do acréscimo ou deferimento de custos e proveitos por contrapartida das transferências do FEFSS, procedimento destinado à anulação de resultados, positivos ou negativos, originados pelo desfasamento temporário entre a ótica orçamental, de fluxos, que enforma o financiamento da atividade do Instituto, e a lógica patrimonial, subordinada ao princípio da especialização de custos e proveitos, e sob a qual são apresentadas as demonstrações financeiras.

Com efeito, nos termos do DL 203/2012, de 28 de agosto (que aprova a orgânica do IGFCS), o financiamento dos custos de funcionamento do Instituto é assegurado por verbas do orçamento de estado ou pelo orçamento da segurança social, como contrapartida pela administração e gestão dos fundos que são colocados sob sua gestão. Esse financiamento é enquadrado por um orçamento anualmente aprovado pela Tutela e é consubstanciado por transferências do FEFSS, não fazendo qualquer sentido considerar que a sua exploração possa ser deficitária. Por outro lado, a obrigatoriedade de devolução anual, ao FEFSS, de todo e qualquer saldo gerado no exercício, faz com que aquela exploração também não possa ser superavitária.

Neste contexto, por forma a assegurar a neutralidade da situação patrimonial que resulta, em contínuo, das normas que regem o financiamento da atividade do IGFCS, procedeu-se ao acréscimo dos proveitos (no valor de 320 117,97€) resultantes das transferências do FEFSS nas situações em que a especialização de custos ditou o seu reconhecimento no exercício de 2015 mas em que a correspondente transferência apenas ocorrerá num exercício posterior (nota 8.2.39.3), bem como ao acréscimo de custos (no valor de 155 656,34€) ou diferimento de proveitos (no valor de 58 108,07€) na situação inversa, ou seja, quando da especialização dos custos e proveitos resultam situações em que determinado custo já suportado se reporta a exercícios seguintes (nota 8.2.39.5) ou determinado proveito do exercício apenas se materializa em exercícios seguintes (nota 8.2.39.3).

Este procedimento realizado em 2015 apresenta um impacto nos resultados do exercício de 106 353,51€, assegurando a neutralidade da situação patrimonial do Instituto (nota 8.2.32). A execução deste procedimento em exercícios futuros terá como consequência a obtenção recorrente de um resultado líquido nulo.

8.2.3 – Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do IGFCS, mantidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sis-

tema de Solidariedade e de Segurança Social (“POCISSSS”), e são apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos, da continuidade, da especialização do exercício, da consistência, da materialidade, da prudência, do custo histórico, da não compensação e da entidade contabilística definidos no POCISSSS.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho Diretivo, na reunião 14 de abril de 2016.

Os principais critérios valorimétricos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, iniciando-se o processo de amortização no mês em que o investimento ocorre, e são contabilizadas por débito na demonstração dos resultados de cada exercício.

Para o efeito, são utilizadas as taxas máximas estabelecidas no Decreto Regulamentar nº 2/90 ou na Portaria 671/2000 de 17 de abril, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de dezembro de 2000.

As taxas de amortização praticadas mais relevantes são as seguintes:

TAXAS DE AMORTIZAÇÃO	
Equipamento de Transporte	16,66% a 25,00%
Equipamento Administrativo	12,50% a 33,33%
Artigos e Objetos de Valor	--
Outras Imobilizações Corpóreas	12,50% a 25,00%

Os valores de artigos e objetos de valor, fundamentalmente relativos a investimento em obras de arte, não são sujeitos a depreciação tendo em consideração as suas características intrínsecas (Nota 8.2.8).

b) Acréscimos e diferimentos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Os montantes de custos e proveitos reconhecidos e não pagos ou recebidos são reconhecidos nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

c) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor à data de balanço. As diferenças

cambiais resultantes desta conversão integram os resultados correntes do exercício nas rubricas de Diferenças de câmbio desfavoráveis e favoráveis.

d) Impostos

De acordo com as alíneas a) e d) do número 1 do artigo 9º do Código do IRC os rendimentos do IGFCSS estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

A atividade financeira do IGFCSS, de administração e gestão de fundos está isenta de IVA (Cfr. alínea g) do nº 27 do artº 9º do CIVA).

As restantes atribuições do IGFCSS, designadamente atividades de consultadoria e de apoio técnico, quando existam, estão sujeitos e não isentas de IVA na medida em que se subsumam ao conceito de prestações de serviços constante da regra geral prevista no nº1 do artº 4º do CIVA.

Adicionalmente, o IGFCSS goza de isenção de imposto de selo de acordo com a a) do artº 6º do Código do Imposto de Selo, de IMI nos termos do artº 11º do CIMI e de IMT conforme alínea a) do artº 6º do CIMT.

e) Transferências de Capital

As transferências de capital obtidas de outras entidades, foram registadas na rubrica de Proveitos diferidos, sendo reconhecido o proveito na Demonstração de Resultados de cada ano pelo montante das amortizações relativas aos bens adquiridos com recurso às referidas transferências.

Os subsídios atribuídos à Entidade, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na Demonstração de Resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

A componente não utilizada dos subsídios recebidos no exercício para financiar despesas de capital, foi registada como proveito do exercício.

Em resumo, apresentamos os quadros abaixo com os critérios valorimétricos aplicados:

CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA APLICADOS NO EXERCÍCIO DE 2015		
Rubricas do Balanço	Crítérios Aplicados	Valor de Balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações Corpóreas		
423 - Equipamento Básico	Valor de Aquisição	2 491,63
424 - Equipamento de Transporte	Valor de Aquisição	0,00
426 - Equipamento Administrativo	Valor de Aquisição	36 336,47
429 - Outras Imobilizações Corpóreas		
4291 - Artigos e Objetos de Valor	Valor de Aquisição	19 248,75
4293 - Outras Imobilizações Corpóreas	Valor de Aquisição	1 925,67

CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA APLICADOS NO EXERCÍCIO DE 2014

Rubricas do Balanço	Crítérios Aplicados	Valor de Balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações Corpóreas		
423 - Equipamento Básico	Valor de Aquisição	1 772,50
424 - Equipamento de Transporte	Valor de Aquisição	0,00
426 - Equipamento Administrativo	Valor de Aquisição	28 706,54
429 - Outras Imobilizações Corpóreas		
4291 - Artigos e Objetos de Valor	Valor de Aquisição	19 248,75
4293 - Outras Imobilizações Corpóreas	Valor de Aquisição	3 084,42

8.2.7 – Ativo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi como segue:

ATIVO BRUTO - IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transf. & Abates	Saldo Final
Equipamento Básico	1 979,53	0,00	1 008,60	0,00	0,00	2 988,13
Equipamento de Transporte	75 593,16	0,00	0,00	0,00	0,00	75 593,16
Equipamento Administrativo	1 044 385,67	0,00	21 026,52	0,00	0,00	1 065 412,19
Artigos e Objetos de Valor	19 248,75	0,00	0,00	0,00	0,00	19 248,75
Outras Imobilizações Corpóreas	40 574,95	0,00	0,00	0,00	0,00	40 574,95
	1 181 782,06	0,00	22 035,12	0,00	0,00	1 203 817,18

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Alienações	Saldo Final
Imobilizações Corpóreas				
Equipamento Básico	207,03	289,47	0,00	496,50
Equipamento de Transporte	75 593,16	0,00	0,00	75 593,16
Equipamento Administrativo	1 015 679,13	13 396,59	0,00	1 029 075,72
Outras Imobilizações Corpóreas	37 490,53	1 158,75	0,00	38 649,28
	1 128 969,85	14 844,81	0,00	1 143 814,66

a) As amortizações foram calculadas de acordo com a aplicação das taxas máximas permitidas

b) Nos bens adquiridos a partir de 2001 foi aplicada a portaria 671/2000 de 17 de Abril

8.2.8 – Desagregação das Rúbricas do Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2015, o valor do ativo imobilizado pode ser detalhado como segue:

IMOBILIZADO

Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortiz. Exercício	Amortiz. Acumuladas	Saldo Final
1991	2 316,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2 316,90	0,00
1992	1 678,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1 678,17	0,00
A Transportar	3 995,07	0,00	0,00	0,00	0,00	3 995,07	0,00

IMOBILIZADO (Continuação)

Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortiz Exercício	Amortiz Acumuladas	Saldo Final
Transporte	3 995,07	0,00	0,00	0,00	0,00	3 995,07	0,00
1996	382,19	0,00	0,00	0,00	0,00	382,19	0,00
1999	9 289,23	0,00	0,00	0,00	0,00	9 289,23	0,00
2000	44 112,20	0,00	0,00	0,00	0,00	44 112,20	0,00
2001	29 185,58	0,00	0,00	0,00	0,00	29 185,58	0,00
2002	323 969,37	0,00	0,00	0,00	0,00	323 969,37	0,00
2003	134 768,35	0,00	0,00	0,00	0,00	115 519,60	19 248,75
2004	123 678,86	0,00	0,00	0,00	0,00	123 678,86	0,00
2005	101 989,84	0,00	0,00	0,00	0,00	101 989,84	0,00
2006	56 749,33	0,00	0,00	0,00	0,00	56 749,33	0,00
2007	47 008,73	0,00	0,00	0,00	0,00	47 008,73	0,00
2008	79 150,67	0,00	0,00	0,00	1 965,17	78 039,00	1 111,67
2009	111 381,75	0,00	0,00	0,00	4 577,47	103 698,77	7 682,99
2010	67 318,45	0,00	0,00	0,00	317,83	66 576,88	741,57
2011	16 870,65	0,00	0,00	0,00	0,00	16 870,65	0,00
2012	13 247,55	0,00	0,00	0,00	2 011,26	12 115,99	1 131,56
2013	12 063,20	0,00	0,00	0,00	3 283,37	7 765,96	4 297,24
2014	6 621,05	0,00	0,00	0,00	1 047,73	1 225,42	5 395,63
2015	22 035,12	0,00	0,00	0,00	1 642,00	1 642,00	20 393,12
	1 203 817,18	0,00	0,00	0,00	14 844,81	1 143 814,66	60 002,52

ATIVO IMOBILIZADO

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Viatura 94-14-QC	22 204,74	2000				25,00%		22 204,74	0,00
Viatura 45-73-XB	25 000,00	Mar-04				16,66%		25 000,00	0,00
Viatura 51-92-ZI	28 388,42	Dez-04				12,50%		28 388,42	0,00
Artigos de Conforto	189,54	1991				12,50%		189,54	0,00
Mobiliário	1 700,03	1991				12,50%		1 700,03	0,00
Selo branco	265,99	1991				25,00%		265,99	0,00
Mobiliário	1 587,12	1992				12,50%		1 587,12	0,00
Mobiliário	245,05	1996				12,50%		245,05	0,00
Equipamento Administrativo	161,34	1991				100,00%		161,34	0,00
Equipamento Administrativo	91,05	1992				100,00%		91,05	0,00
Equipamento Administrativo	137,14	1996				100,00%		137,14	0,00
Equipamento Administrativo	400,16	1999				100,00%		400,16	0,00
Central telefónica	3 342,06	1999				10,00%		3 342,06	0,00
Aparelhagem e máq.electrónicas	324,16	1999				20,00%		324,16	0,00
Máq.escrever,calc.cont.fotocopiar	2 421,91	1999				20,00%		2 421,91	0,00
Mobiliário	2 800,92	1999				12,50%		2 800,92	0,00
Não especificadas	107,19	2000				12,50%		107,19	0,00
Mobiliário	21 043,99	2000				12,50%		21 043,99	0,00
Ferramentas e utensílios	756,28	2000				25,00%		756,28	0,00
Central telefónica	14 134,34	Jun-01				12,50%		14 134,34	0,00
Outro material,aparelhos,utensílios	355,99	Ago-01				25,00%		355,99	0,00
Telefones	1 122,85	Nov-01				25,00%		1 122,85	0,00
Blocos de gavetas	334,46	Fev-01				12,50%		334,46	0,00
Secretárias	835,69	Fev-01				12,50%		835,69	0,00
Cadeiras	238,49	Fev-01				12,50%		238,49	0,00
Mesas	89,08	Nov-01				100,00%		89,08	0,00
Papeleiras	44,52	Nov-01				100,00%		44,52	0,00
Candeiros,globos,lustres,profonier	98,44	Nov-01				100,00%		98,44	0,00
Armários	2 305,04	Jul-01				12,50%		2 305,04	0,00
Cadeiras	1 430,13	Jul-01				12,50%		1 430,13	0,00
Mesas	453,16	Jul-01				12,50%		453,16	0,00
Secretárias	565,12	Jul-01				12,50%		565,12	0,00
Calculadora	96,88	Abr-01				100,00%		96,88	0,00
Mesas	235,84	Jan-02				100,00%		235,84	0,00
Secretárias	252,65	Jan-02				12,50%		252,65	0,00
Blocos de gavetas	378,16	Jan-02				12,50%		378,16	0,00
Blocos de gavetas	194,84	Abr-02				12,50%		194,84	0,00
Outro mobiliário	99,01	Fev-02				100,00%		99,01	0,00
Armários	5 753,46	Mai-03				12,50%		5 753,46	0,00
Blocos de gavetas	1 808,58	Mai-03				12,50%		1 808,58	0,00
A Transportar...	141 993,82		0,00	0,00	0,00		0,00	141 993,82	0,00

ATIVO IMOBILIZADO

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercido	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Transporte...	141 993,82		0,00	0,00	0,00		0,00	141 993,82	0,00
Blocos de gavetas	319,16	Jul-03				12,50%		319,16	0,00
Blocos de gavetas	440,30	Ago-03				12,50%		440,30	0,00
Cadeiras	9 624,14	Mai-03				12,50%		9 624,14	0,00
Cadeiras	10 187,29	Jul-03				12,50%		10 187,29	0,00
Cadeiras	919,08	Ago-03				12,50%		919,08	0,00
Estantes	1 193,49	Ago-03				12,50%		1 193,49	0,00
Mesas	6 412,31	Mai-03				12,50%		6 412,31	0,00
Mesas	7 506,38	Jul-03				12,50%		7 506,38	0,00
Mesas	141,37	Ago-03				12,50%		141,37	0,00
Secretárias	5 616,39	Mai-03				12,50%		5 616,39	0,00
Secretárias	5 147,19	Jul-03				12,50%		5 147,19	0,00
Secretárias	877,69	Dez-03				12,50%		877,69	0,00
Sofás	2 208,64	Mai-03				12,50%		2 208,64	0,00
Sofás	1 766,91	Jul-03				12,50%		1 766,91	0,00
Sofás	1 142,40	Out-03				12,50%		1 142,40	0,00
Outro equip. e material escritório	1 877,15	Abr-03				12,50%		1 877,15	0,00
Fotocopiadores	2 441,88	Set-03				20,00%		2 441,88	0,00
Fax	793,00	Out-03				20,00%		793,00	0,00
Fotocopiadores	4 157,98	Dez-04				20,00%		4 157,98	0,00
Computadores	1 543,13	Dez-01				25,00%		1 543,13	0,00
Router	5 087,84	Mai-01				25,00%		5 087,84	0,00
Outro equipamento informático	450,42	Mar-01				33,33%		450,42	0,00
Unidades centrais de processamento	10 585,05	Out-02				25,00%		10 585,05	0,00
Equipamento de Switching	3 034,70	Nov-02				25,00%		3 034,70	0,00
Outro equipamento informático	590,06	Out-02				25,00%		590,06	0,00
Software de aplicação	258 968,34	Out-02				33,33%		258 968,34	0,00
Software de aplicação	49 630,72	Dez-02				33,33%		49 630,72	0,00
Monitores	571,20	Jun-03				25,00%		571,20	0,00
Scanners	230,00	Set-03				25,00%		230,00	0,00
Outro equipamento informático	517,59	Mai-03				25,00%		517,59	0,00
Software de aplicação	32 646,46	Abr-03				33,33%		32 646,46	0,00
Software de aplicação	4 284,00	Dez-03				33,33%		4 284,00	0,00
Computadores	5 930,96	Jul-04				25,00%		5 930,96	0,00
Computadores	1 475,60	Nov-04				25,00%		1 475,60	0,00
Computadores	1 486,31	Dez-04				25,00%		1 486,31	0,00
Equipamento de rede	5 698,37	Jun-04				25,00%		5 698,37	0,00
Impressoras	85,00	Set-04				25,00%		85,00	0,00
Outro equipamento informático	410,49	Fev-04				25,00%		410,49	0,00
Outro equipamento informático	388,62	Mai-04				25,00%		388,62	0,00
Outros softwares	7 140,00	Abr-04				33,33%		7 140,00	0,00
Outros softwares	714,00	Ago-04				33,33%		714,00	0,00
Outros softwares	14 660,80	Ago-04				33,33%		14 660,80	0,00
Outros softwares	1 135,26	Set-04				33,33%		1 135,26	0,00
Outros softwares	13 994,40	Out-04				33,33%		13 994,40	0,00
Outros softwares	13 012,65	Dez-04				33,33%		13 012,65	0,00
Bastidores	4 236,21	Dez-05				25,00%		4 236,21	0,00
Computadores	1 512,50	Set-05				25,00%		1 512,50	0,00
Computadores	890,00	Out-05				25,00%		890,00	0,00
Unidades centrais de processamento	3 194,02	Out-05				25,00%		3 194,02	0,00
Unidades centrais de processamento	8 367,15	Nov-05				25,00%		8 367,15	0,00
Equipamento de rede	4 013,64	Nov-05				25,00%		4 013,64	0,00
Equipamento de Switching	6 000,39	Out-05				25,00%		6 000,39	0,00
Unidades de Banda	19 893,65	Nov-05				25,00%		19 893,65	0,00
Unidades de Disco	6 047,58	Nov-05				25,00%		6 047,58	0,00
Software de aplicação	10 164,00	Nov-05				33,33%		10 164,00	0,00
Software de aplicação	4 356,00	Dez-05				33,33%		4 356,00	0,00
Equipamento de Switching	1 442,11	Jun-05				33,33%		1 442,11	0,00
Software de gestão de rede	1 332,44	Mai-05				33,33%		1 332,44	0,00
Outros softwares	7 140,00	Abr-05				33,33%		7 140,00	0,00
Outros softwares	1 502,68	Jun-05				33,33%		1 502,68	0,00
Outros softwares	1 680,01	Ago-05				33,33%		1 680,01	0,00
Outros softwares	1 413,45	Set-05				33,33%		1 413,45	0,00
Unidades centrais de processamento	2 870,83	Dez-05				33,33%		2 870,83	0,00
Blocos de gavetas	187,28	Jun-05				12,50%		187,28	0,00
Blocos de gavetas	190,43	Ago-05				12,50%		190,43	0,00
Cadeiras	550,23	Jun-05				12,50%		550,23	0,00
Secretarias	537,31	Jun-05				12,50%		537,31	0,00
Secretarias	238,18	Nov-05				12,50%		238,18	0,00
Outro mobiliário	78,18	Ago-05				100,00%		78,18	0,00
Papeleiras	19,93	Ago-05				100,00%		19,93	0,00
Outro mat., aparelhos, ut e inst.	14 131,64	Nov-05				14,28%		14 131,64	0,00
Telefones	705,19	Mai-03				12,50%		705,19	0,00
Outro mat., aparelhos, utensilios	9 384,34	Abr-03				14,28%		9 384,34	0,00
Outros artigos e utensilios	175,00	Ago-03				12,50%		175,00	0,00
A Transportar...	751 292,91		0,00	0,00	0,00		0,00	751 292,91	0,00

ATIVO IMOBILIZADO – Continuação

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abatas	Tx Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Transporte...	751 292,91		0,00	0,00	0,00		0,00	751 292,91	0,00
Equipamento frigorífico refrigeraç/	239,01	Out-03				14,28%		239,01	0,00
Máquinas e aparelhos de cozinha	590,00	Out-03				12,50%		590,00	0,00
Unidades centrais de proces-samento	4 541,13	Jun-06				25,00%		4 541,13	0,00
Computadores	1 089,00	Jun-06				25,00%		1 089,00	0,00
Computadores	7 744,00	Out-06				25,00%		7 744,00	0,00
Computadores	968,00	Dez-06				25,00%		968,00	0,00
Equipamento de rede	477,95	Mai-06				25,00%		477,95	0,00
Equipamento de Switching	4 294,05	Mai-06				25,00%		4 294,05	0,00
Impressoras	1 002,91	Abr-06				100,00%		1 002,91	0,00
Impressoras	603,73	Jun-06				25,00%		603,73	0,00
Impressoras	768,35	Out-06				25,00%		768,35	0,00
Monitores	281,93	Jun-06				25,00%		281,93	0,00
Monitores	242,00	Jul-06				100,00%		242,00	0,00
Monitores	2 807,20	Out-06				25,00%		2 807,20	0,00
Monitores	350,90	Dez-06				25,00%		350,90	0,00
PC portáteis	10 886,37	Nov-06				25,00%		10 886,37	0,00
Unidades de controlo	8 024,48	Ago-06				25,00%		8 024,48	0,00
Unidades de controlo	968,00	Mai-07				33,33%		968,00	0,00
Outro equipamento informático	160,93	Abr-06				100,00%		160,93	0,00
Sistemas operativos	2 133,87	Mar-06				33,33%		2 133,87	0,00
Sistemas operativos	1 388,79	Jul-06				33,33%		1 388,79	0,00
Sistemas operativos	694,39	Nov-06				33,33%		694,39	0,00
Equipamento de rede	729,18	Mar-06				33,33%		729,18	0,00
Equipamento de rede	1 339,45	Nov-06				33,33%		1 339,45	0,00
Equipamento de rede	508,20	Nov-06				33,33%		508,20	0,00
Software de gestão de rede	83,76	Mar-06				100,00%		83,76	0,00
Armários	1 675,85	Dez-06				12,50%		1 675,85	0,00
Secretárias	237,00	Mar-06				12,50%		237,00	0,00
Outras máquinas e aparelhos	914,76	Jul-06				20,00%		914,76	0,00
Outro equipamento de utilização esocífica	1 833,15	Ago-06				25,00%		1 833,15	0,00
Computadores	8 712,00	Abr-07				25,00%		8 712,00	0,00
Computadores	3 085,50	Ago-07				25,00%		3 085,50	0,00
Unidades centrais de proces-samento	15 651,35	Dez-07				25,00%		15 651,35	0,00
Unidades de Disco	1 306,80	Dez-07				25,00%		1 306,80	0,00
Monitores	344,00	Jan-07				25,00%		344,00	0,00
Monitores	1 940,36	Abr-07				25,00%		1 940,36	0,00
Monitores	820,38	Ago-07				25,00%		820,38	0,00
PC portáteis	7 757,92	Dez-07				25,00%		7 757,92	0,00
Outro equipamento informático	1 885,18	Jun-07				25,00%		1 885,18	0,00
Sistemas operativos	1 920,27	Jan-07				33,33%		1 920,27	0,00
Sistemas operativos	3 335,97	Mar-07				33,33%		3 335,97	0,00
Máquinas e aparelhos de cozinha	249,00	Jun-07				100,00%		249,00	0,00
Bastidores	6 843,60	Dez-08				12,50%	855,45	6 059,44	784,16
Computadores	8 712,00	Fev-08				25,00%		8 712,00	0,00
Equipamento de Switching	7 506,98	Dez-08				25,00%		7 506,98	0,00
Impressoras	483,75	Mar-08				25,00%		483,75	0,00
Impressoras	525,14	Abr-08				25,00%		525,14	0,00
Impressoras	195,00	Mai-08				100,00%		195,00	0,00
Monitores	1 936,00	Fev-08				25,00%		1 936,00	0,00
Monitores	955,20	Set-08				25,00%		955,20	0,00
Monitores	199,99	Nov-08				100,00%		199,99	0,00
PC portáteis	1 563,60	Set-08				25,00%		1 563,60	0,00
Projector de imagem de ecrã	670,00	Jul-08				25,00%		670,00	0,00
Unidades centrais de proces-samento	14 436,24	Dez-08				25,00%		14 436,24	0,00
Unidade de disco	2 080,00	Mai-08				25,00%		2 080,00	0,00
Sistemas operativos	4 749,49	Mar-08				33,33%		4 749,49	0,00
Software de aplicação	8 470,00	Jun-08				33,33%		8 470,00	0,00
Software de aplicação	7 200,00	Dez-08				33,33%		7 200,00	0,00
Software de rede	1 476,00	Ago-08				33,33%		1 476,00	0,00
Blocos de gavetas	584,64	Dez-08				12,50%	73,08	517,65	66,99
Cadeiras	2 279,64	Mar-08				12,50%	284,96	2 232,18	47,46
Divisórias amovíveis	449,34	Out-08				12,50%	56,17	407,23	42,11
Mesas	298,87	Mar-08				12,50%	37,36	292,65	6,22
Secretárias	4 678,83	Mar-08				12,50%	584,85	4 581,33	97,50
Secretárias	586,46	Dez-08				12,50%	73,31	519,28	67,18
Outro mobiliário	229,90	Mar-08				100,00%		229,90	0,00
Televisores	2 040,00	Jan-08				14,28%		2 040,00	0,00
Bastidores	1 339,20	Jun-09				12,50%	167,40	1 102,05	237,15
Computadores	16 954,53	Abr-09				25,00%		16 954,53	0,00
Unidades centrais de proces-samento	5 261,25	Abr-09				25,00%		5 261,25	0,00
Impressoras	1 155,60	Mar-09				25,00%		1 155,60	0,00
Monitores	1 093,03	Ago-09				25,00%		1 093,03	0,00
PC portáteis	6 851,82	Dez-09				25,00%		6 851,82	0,00
Router	17 580,42	Mai-09				25,00%		17 580,42	0,00
Sistemas operativos	1 446,96	Fev-09				33,33%		1 446,96	0,00
A Transportar...	986 713,46		0,00	0,00	0,00		2 132,58	985 364,69	1 348,77

ATIVO IMOBILIZADO – Continuação

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercido	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Transporte...	986 713,46		0,00	0,00	0,00		2 132,58	985 364,69	1 348,77
Software de aplicação	5 011,68	Mar-09				33,33%		5 011,68	0,00
Software de aplicação	11 532,00	Abr-09				33,33%		11 532,00	0,00
Software de aplicação	528,00	Dez-09				33,33%		528,00	0,00
Software de comunicações	3 913,92	Jun-09				33,33%		3 913,92	0,00
Armários	1 053,60	Out-09				12,50%	131,70	823,13	230,47
Cofres	381,60	Dez-09				12,50%	47,70	290,18	91,42
Estantes	3 555,24	Jul-09				12,50%	444,41	2 888,66	666,58
Estantes	15 598,81	Out-09				12,50%	1 949,85	12 186,56	3 412,25
Estantes	5 378,04	Dez-09				12,50%	672,26	4 089,58	1 288,46
Blocos de gavetas	215,38	Jan-09				12,50%	26,92	188,45	26,93
Secretárias	226,10	Jan-09				12,50%	28,26	197,83	28,27
Outras máquinas e aparelhos	1 932,97	Dez-09				20,00%		1 932,97	0,00
Aparelhos de ar condicionado	6 784,80	Jun-09				12,50%	848,10	5 583,33	1 201,47
Aparelhos de ar condicionado	2 086,80	Dez-09				12,50%	260,85	1 586,84	499,96
Dispositivos de sinalização	1 500,00	Dez-09				20,00%		1 500,00	0,00
Bastidores	2 542,56	Mai-10				12,50%	317,82	1 800,98	741,58
Computadores	4 757,20	Dez-10				25,00%		4 757,20	0,00
Monitores	1 002,40	Dez-10				25,00%		1 002,40	0,00
Impressoras	3 724,80	Fev-10				25,00%		3 724,80	0,00
Impressoras	3 689,82	Nov-10				25,00%		3 689,82	0,00
Software de comunicações	29 577,12	Jun-10				33,33%		29 577,12	0,00
Software de rede	13 276,43	Set-10				33,33%		13 276,43	0,00
Outros softwares	900,00	Fev-10				33,33%		900,00	0,00
Outros softwares	3 312,00	Mai-10				33,33%		3 312,00	0,00
Outros softwares	4 307,60	Set-10				33,33%		4 307,60	0,00
Outros softwares	228,52	Dez-10				100,00%		228,52	0,00
Software de gestão de rede	3 279,88	Dez-11				33,33%		3 279,88	0,00
Sistemas operativos	1 058,12	Abr-11				33,33%		1 058,12	0,00
Software de base	12 532,65	Abr-11				33,33%		12 532,65	0,00
Unidades de disco	6 034,97	Out-12				25,00%	1 508,74	4 903,41	1 131,56
Sistemas operativos	908,58	Abr-12				33,33%	75,80	908,58	0,00
Software de base	2 316,48	Jun-12				33,33%	321,94	2 316,48	0,00
Outros softwares	3 758,69	Fev-12				33,33%	104,78	3 758,69	0,00
Outros softwares	228,83	Mar-12				100,00%		228,83	0,00
Computadores	4 582,68	Dez-13				25,00%	1 145,67	2 386,81	2 195,87
Monitores	962,65	Dez-13				25,00%	240,66	501,38	461,27
Sistemas operativos	1 581,25	Mai-13				33,33%	527,03	1 405,41	175,84
Outros softwares	3 584,86	Jun-13				33,33%	1 194,83	3 086,65	498,21
Equipamento frigorífico refrigeração	348,74	Jul-13				14,28%	49,80	124,50	224,24
Selos brancos e sinetas	1 003,02	Dez-13				12,50%	125,38	261,21	741,81
Central telefónica	976,51	Jun-14				12,50%	122,06	193,26	783,25
Outros softwares	1 056,64	Nov-14				33,33%	352,18	410,88	645,76
Armários	4 587,90	Dez-14				12,50%	573,49	621,28	3 966,62
Computadores	15 686,19	Dez-15				25,00%	326,80	326,80	15 359,39
Impressoras	2 086,77	Jul-15				25,00%	260,85	260,85	1 825,92
Software de aplicação	3 103,14	Mar-15				33,33%	861,90	861,90	2 241,24
Software de comunicações	150,42	Dez-15				100,00%	150,42	150,42	0,00
Central telefónica	1 008,60	Set-15				12,50%	42,03	42,03	966,57
Quadro de Paulo Neves	2 100,00	Ago-03							2 100,00
Quadro de Alfredo Coelho	3 403,40	Ago-03							3 403,40
Quadro de Costa Leite	1 285,20	Ago-03							1 285,20
Quadro de Vasco Torres	3 534,30	Ago-03							3 534,30
Serigrafia de Resende	803,25	Ago-03							803,25
Serigrafia de Paulo Neves	642,60	Ago-03							642,60
Quadro de Francisco Geraldo	5 085,00	Ago-03							5 085,00
Cómoda de D. João V	1 500,00	Set-03							1 500,00
Travessa de porcelana da China	895,00	Out-03							895,00
	1 203 817,18		0,00	0,00	0,00		14 844,81	1 149 814,66	60 002,52

8.2.31 – Movimento Ocorrido no Exercício nas Contas de Provisões

PROVISÕES ACUMULADAS

Contas	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
292	Provisões para riscos e encargos	160 213,10	33 860,70	0,00	194 073,80

Na sequência do relatório nº 29/2010 do Tribunal de Contas (processo nº 05/2009 – Audit), bem como do parecer nº 7/2012 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República,

o Conselho Diretivo do IGFCCS decidiu proceder à suspensão de algumas componentes remuneratórias que vinham sendo abonadas aos trabalhadores bem como solicitar a reposição de valores pagos indevidamente no passado.

Tendo em conta a interposição de processos judiciais pela maioria dos colaboradores, o Conselho Diretivo decidiu, em 2012, pela constituição de provisão para fazer face a uma eventual decisão desfavorável, que leve à necessidade de proceder ao pagamento dos valores não pagos.

Não tendo havido, até final do exercício qualquer decisão definitiva proferida pelos tribunais, em 2015 reforça-se essa provisão em 33 860,70 euros.

Na sequência de interposição de recurso à sentença proferida a 07.03.2013 pelo Tribunal do Trabalho de Cascais, no âmbito de um processo que opõe uma colaboradora ao Instituto, o referido Tribunal instou o IGFCCS a prestar caução no valor de 60 000€, caução que a 31 de dezembro se mantinha depositada à ordem daquele Tribunal.

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 09.07.2014 veio confirmar a sentença, alterando apenas o valor da indemnização por danos não patrimoniais dos 20 000€ decididos em 1ª instância, para 10 000€.

Após trânsito em julgado da respetiva sentença, a Autora apresentou ao IGFCCS a sua proposta de liquidação do seu pedido pelo valor total de 80 700,35€, correspondente a:

- ✓ 13 980,35€, referentes ao diferencial entre o vencimento pago e o vencimento que auferia enquanto diretora, de Junho de 2007 inclusive, em diante;
- ✓ 56 720,00€, referentes ao diferencial entre o valor do subsídio de doença que lhe foi pago entre 2007 e 2011 e aquele que teria recebido se a base de incidência daquele subsídio fosse o seu vencimento enquanto diretora;
- ✓ 10 000,00€, relativos à indemnização por danos extrapatrimoniais.

Em Novembro de 2014, o IGFCCS pagou o valor correspondente à indemnização por danos extrapatrimoniais e não aceitou a demais liquidação por sobre a mesma impenderem sérias dúvidas.

Nessa sequência, o IGFCCS solicitou esclarecimentos à Autora e ao Instituto de Segurança Social, IP, que à data de fecho de contas ainda não haviam sido prestados. Assim, atentas as dúvidas acima mencionadas, o IGFCCS aguarda ação de liquidação de sentença, tendo no entanto, por mera cutela, provisionado a totalidade do montante reclamado pela Autora.

8.2.32 – Movimento Ocorrido no Exercício nos Fundos Próprios do IGFCCS

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Fundos Próprios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 podem ser analisados como segue:

MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Contas	Saldo Inicial	Movimentos do Exercício		Saldo Final	Observações
		Variações	Transferências		
577 - Reservas decorrentes da transferência de ativos					
5772 - De imobilizações Corpóreas	203 351,05			203 351,05	
5778 - De Outros Ativos	185 712,14			185 712,14	
59 - Resultados Transitados					
592 - Regularizações de Grande Significado	- 18 574,88			- 18 574,88	
599 - Resultados Transitados - Outros	148 002,90		-624 844,72	-476 841,82	
Resultado Líquido do Exercício	-624 844,72	106 353,51	624 844,72	- 106 353,51	a)
Total	-106 353,51	106 353,51	0,00	0,00	

a) Aplicação do resultado líquido apurado no exercício de 2014, de acordo com a ata nº 745 de 09.04.2015 do Conselho Diretivo

8.2.35 – Repartição do Valor Líquido das Vendas e das Prestações de Serviços por Mercado

O valor das vendas e prestações serviços pode ser decomposto como segue:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Contas	Designação	Mercado Interno	
		31.12.2015	31.12.2014
712	Prestações de Serviços		
	FCR	105 658,00	93 405,24
	FCT	196 494,41	93 117,30
		302 152,41	186 522,54

O valor inscrito na rubrica “FCR” refere-se aos custos de gestão, conforme o estipulado no nº 3 do artigo 15º da Portaria nº 212/2008 de 29 de fevereiro (Regulamento de Gestão do Fundo de Certificados de Reforma).

O montante proveniente do FCT compreende a despesa por incumprimento da entrega por parte das entidades empregadoras, de acordo com o estipulado no nº 2 do artigo 12º do Regulamento nº 390-B/2013 de 14 de outubro (Regulamento de Gestão do Fundo de Compensação do Trabalho).

8.2.37 – Demonstração dos Resultados Financeiros

As demonstrações dos resultados financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser detalhadas como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros Suportados	0,00	0,00	781	Juros Obtidos	12 037,87	22 735,73
685	Dif. Câmbio Desfavoráveis	0,00	0,00	785	Dif. Câmbio Favoráveis	0,00	0,00
688	Outros Custos e Perdas Financ	1 259,01	1 302,11	788	Outros Prov e Ganhos Financ	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	10 778,86	21 433,62				
		12 037,87	22 735,73			12 037,87	22 735,73

A rubrica “Outros custos e perdas financeiras” representa os encargos com serviços bancários. O valor inscrito na rubrica “Juros obtidos” pode ser discriminado como segue:

JUROS OBTIDOS		
	Exercício	
	2015	2014
Depósitos à Ordem	1 660,62	4 991,98
Depósitos a Prazo	10 377,25	17 743,75
	12 037,87	22 735,73

8.2.38 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

As demonstrações dos resultados extraordinários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser detalhadas como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
691	Transf. Capital Concedidas	0,00	569 313,12	791	Restituição de Impostos	0,00	0,00
697	Correções a Exercícios Anteriores	28 734,11	0,00	797	Correções a Exercícios Anteriores	0,00	0,00
698	Out Custos e Perdas Extraordinários	0,00	0,00	798	Out Prov e Ganhos Extraordinários	20 898,38	83 296,67
	Resultados Extraordinários	-7 835,73	-486 016,45				
		20 898,38	83 296,67			20 898,38	83 296,67

O valor registado na rubrica “Transferências de Capital Concedidas” corresponde à transferência de parte dos saldos orçamentais apurados a 31 de dezembro de 2013 em 2014. (Nota 8.2.2).

O valor inscrito na rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” refere-se às transferências, do FEFSS para o IGFCSS, da componente receitas de capital com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.5), refletindo o impacto da aplicação do princípio da especialização dos exercícios no que respeita ao valor das despesas de capital incorridas no exercício.

8.2.39 – Outras Informações Consideradas Relevantes para Melhor Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

8.2.39.1 – Dívidas de Terceiros – Custo Prazo

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estas rubricas podem ser detalhadas conforme a tabela abaixo:

DÍVIDAS DE TERCEIROS – CURTO PRAZO			
Contas	Designação	2015	2014
24	Estado e Outros Entes Públicos		
2453	Segurança Social	2 622,24	2 622,24
26	Outros Devedores		
2689952	Depósitos de Garantia	60 000,00	60 000,00
	Total	62 622,24	62 622,24

8.2.39.2 – Conta no Tesouro, Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA			
Contas	Designação	2015	2014
1211	Depósitos à Ordem	797 228,74	489 814,33
11	Caixa	1 220,47	1 690,52
	Total	798 449,21	491 504,85

O saldo de Depósitos à ordem e caixa, é composto pelo saldo de gerência apurado em 31 de Dezembro de 2015 no montante de 505 975,75 Euros (427 151,70 Euros em 2014), que deverá, de acordo com o nº 3 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 203/2012, de 28 de Agosto, transitar para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) e pelo saldo registado em operações de tesouraria no valor de 274 054,98 Euros (64 353,15 Euros em 2014), correspondente aos valores em trânsito a entregar às entidades empregadoras no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). (Nota 8.2.39.2)

Tendo em consideração o previsto no nº 3 do artigo 48º da Lei 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei 52/2011, de 13 de Outubro, a utilização do saldo de gerência carece de despacho conjunto dos Ministros responsáveis pelas áreas das Finanças e da Segurança Social, o qual não tinha ocorrido à data de 31 de Dezembro de 2015. Encontra-se registado em 31.12.2015 na subconta “2684412 – Credores por Transferências” o montante a devolver ao FEFSS em 2016, após aprovação da integração do referido saldo (505 975,75€).

8.2.39.3 – Acréscimos e Diferimentos – Ativo

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)					
Contas	Designação	2015		2014	
		Saldo	Total	Saldo	Total
2711	Juros a Receber				
27111	Juros a Receber D/O	0,00	0,00	329,87	329,87
2719	Outros Acréscimos de Proveitos	469 915,11	469 915,11	92 704,23	92 704,23
271	Acréscimo de Proveitos		469 915,11		93 034,10
272	Custos Diferidos				
2721	Seguros	405,39		0,00	
2722	Rendas Adiantadas	7 854,91		7 852,00	
2729	Outros Custos Diferidos	17 536,11	25 796,41	14 610,70	22 462,70
272	Custos Diferidos		25 796,41		22 462,70

Do valor inscrito na rubrica “Outros acréscimos de proveitos”, 104 859,80€ corresponde à estimativa da comissão de gestão do FCR a receber em abril de 2016. O remanescente diz respeito ao acréscimo de proveitos mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.39.7.

Na rubrica “Outros custos diferidos” estão principalmente registados pagamentos efetuados no exercício, relativos a serviços de informação financeira.

8.2.39.4 – Dívidas a Terceiros – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

DÍVIDAS A TERCEIROS – CURTO PRAZO			
Contas	Designação	2015	2014
22	Fornecedores		
221	Fornecedores, C/C		1 966,42
24	Estado e Outros Entes Públicos		
2453	Segurança Social	18 418,48	
26	Outros Credores		
2684412	Credores por transferências correntes	505 975,75	427 151,70
268956	Empregadores FCT	274 054,98	64 353,15
	Total Outros Credores	780 030,73	491 504,85
	Total	798 449,21	493 471,27

O valor registado na rubrica “Credores por Transferências Correntes” corresponde ao saldo de gerência de 2015 do IGFCSS a ser transferido em 2016 para FEFSS, após despacho de aprovação do saldo.

O montante inscrito na rubrica “Empregadores FCT” corresponde a valores em trânsito, a entregar às entidades empregadoras no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho.

Tendo em conta que os valores a reembolsar às entidades empregadoras, nos termos do artigo 34º da Lei 70/2013, lhes são transferidos através da articulação entre o sistema de suporte ao Fundo de Compensação do Trabalho (GFCT) e um sistema da segurança social (SICC), os valores resgatados ao Fundo para esse efeito são previamente transferidos para uma conta bancária da entidade gestora, sendo esta a responsável pela respetiva entrega aos empregadores.

O saldo a 31 de Dezembro corresponde a valores transferidos pelo fundo para pagamento de reembolsos, cuja transferência à data não havia ainda sido realizada (174 447,13€) e valores cuja transferência, por qualquer motivo, foi recusada ou devolvida (99 607,85€). Quanto a estes últimos, após o apuramento e resolução do motivo que impossibilitou a transferência, serão reemitidas as respetivas ordens de transferência.

8.2.39.5 – Acréscimos e Diferimentos – Passivo

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)					
Contas	Designação	2015		2014	
		Saldo	Total	Saldo	Total
273	Acréscimos de Custos				
2732	Remunerações a Liquidar	168 767,60	168 767,60	156 639,63	156 639,63
2739	Outros acréscimos de custos	169 695,95	169 695,95	1 298,82	1 298,82
273	Acréscimo de Custos		338 463,55		157 938,45
2745	Subsídios para Investimento	60 002,52	60 002,52	17 166,79	17 166,79
2749	Outros Proveitos Diferidos	25 796,41	25 796,41		
274	Proveitos Diferidos		85 798,93		17 166,79

Do valor inscrito na rubrica “Outros Acréscimos de Custos”, 167 482,04€ dizem respeito ao acréscimo de custos mencionado na nota 8.2.2 e 8.2.39.7. O valor inscrito na rubrica “Outros Proveitos Diferidos” diz respeito ao diferimento de proveitos mencionado na nota 8.2.2 e 8.2.39.7.

8.2.39.6 – Remunerações dos Órgãos Sociais

Foram atribuídas aos membros dos órgãos sociais, no decorrer dos exercícios de 2015 e de 2014, as seguintes remunerações relacionadas com o exercício das suas funções:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS			
		2015	2014
Conselho Diretivo	Presidente	78 226,01	78 617,56
	Vice-Presidente	70 895,85	71 254,61
	Vogal	67 093,02	67 349,73
Fiscal Único	Horwath & Associados, SROC, Lda	13 641,48	13 641,48

8.2.39.7 – Transferências Correntes Obtidas

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OBTIDAS			
Contas	Designação	31-12-2015	31-12-2014
742	Transferências Correntes Obtidas		
	FEFSS	2 286 776,86	1 982 516,00
	IGFSS		13 881,00
	Total	2 286 776,86	1 996 397,00

Do valor inscrito na rubrica “Transferências correntes obtidas – FEFSS”, 2 115 000,00€ referem-se às transferências, do FEFSS para o IGFSS, da componente receitas correntes com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.4). O remanescente, no valor de 171 776,86€, corresponde ao valor líquido dos acréscimos e diferimentos mencionados na nota 8.2.2.

8.2.39.8 – Declarações Relativas ao nº 3 do artigo 15º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31.12.2015

COMPROMISSOS PLURIANUAIS	
Ano	Montante
2016	705 731,60
2017	543 727,56
2018	223 449,43
2019	63 830,94
Seguintes	0,00

Declaração de Pagamentos em Atraso em 31.12.2015

Não existem pagamentos em atraso.

Declaração de Recebimentos em Atraso em 31.12.2015

Não existem recebimentos em atraso.

8.3 – Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

8.3.1 – Alterações Orçamentais

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA

Classificação Económica			Dotações Iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abetidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas 9=3+4-5+6±7+8	Observações (10)	
Código (1)	POCISS	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rúbricas		Créditos Especiais (6)				Modificações na Redigção da Rúbrica (7)
				Reforços (4)	Anulações (5)					
0101		Remunerações certas e permanentes	1 327 887,00	44 635,00	66 786,00	0,00	0,00	0,00	1 305 736,00	
010102	6411/6416	Órgãos sociais	147 856,00	2 850,00	0,00				150 706,00	
01010301	642111/64229	Pessoal dos quadros - FP	502 320,00	0,00	4 500,00				497 820,00	
01010302		Alterações obrigatórias de pos.remuneratório	17 771,00	0,00	17 771,00				0,00	
01010304		Recrutamento pessoal novos postos de trabalho	321 614,00	0,00	33 300,00				288 314,00	
010108		Pessoal aguardando aposentação	500,00	0,00	0,00				500,00	
010111	64134/642281	Representação	92 598,00	9 840,00	0,00				102 438,00	
010112	642285/642286	Suplementos e prémios	73 022,00	19 595,00	0,00				92 617,00	
010113	64131/642241	Subsidio de refeição	52 328,00	0,00	11 215,00				41 113,00	
01011401	6412/642112	Subsidio de férias	59 689,00	7 830,00	0,00				67 519,00	
01011402	6412/642112	Subsidio de Natal	59 689,00	4 520,00	0,00				64 209,00	
010115		Remunerações por doença mat / pat	500,00	0,00	0,00				500,00	
0102		Abonos variáveis ou eventuais	70 500,00	840,00	7 000,00	0,00	0,00	0,00	64 140,00	
010202		Horas extraordinárias	500,00	0,00	0,00				500,00	
010204	64132	Ajudas de custo	3 000,00	0,00	2 000,00				1 000,00	
01021201		Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	60 000,00	0,00	0,00				60 000,00	
01021202	6486	Programa de rescisões por mútuo acordo	500,00	0,00	0,00				500,00	
01021203	6486	Indemnizações por danos não patrimoniais	0,00	0,00	0,00				0,00	
010213		Outros suplementos e prémios	5 000,00	0,00	5 000,00				0,00	
010214	642283	Outros abonos numerário ou espécie	1 500,00	640,00	0,00				2 140,00	
0103		Segurança social	233 052,00	11 345,00	11 134,00	0,00	0,00	0,00	233 263,00	
01030101	6451	Encargos com a saúde - ADSE	11 134,00	0,00	11 134,00				0,00	
01030501	6452	Contribuições para a CGA	59 049,00	1 400,00	0,00				60 449,00	
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	162 369,00	9 945,00	0,00				172 314,00	
010309		Seguros	500,00	0,00	0,00				500,00	
0201		Aquisição de bens	26 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 250,00	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	7 500,00	0,00	0,00				7 500,00	
020104	62234	Limpeza e higiene	1 250,00	0,00	0,00				1 250,00	
020108	62217	Material de escritório	12 000,00	0,00	0,00				12 000,00	
020117	62215	Ferramentas e utensílios	2 000,00	0,00	0,00				2 000,00	
020118	62216	Livros e documentação técnica	2 000,00	0,00	0,00				2 000,00	
020121	622981	Outros bens	1 500,00	0,00	0,00				1 500,00	
0202		Aquisição de serviços	777 812,00	116 588,00	91 288,00	0,00	0,00	0,00	803 112,00	
020201	62211/62213/6229821111	Encargos das instalações	54 200,00	2 000,00	0,00				56 200,00	
020202	62234	Limpeza e higiene	29 600,00	0,00	15 000,00				14 600,00	
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	10 250,00	0,00	0,00				10 250,00	
02020402	622191	Locação de edifícios - Outras entidades	95 000,00	950,00	744,00				95 206,00	
02020403		Princípio Onerosidade	0,00	7 488,00	0,00				7 488,00	
020209	62222	Comunicações	10 200,00	0,00	0,00				10 200,00	
020212	62223	Seguros	950,00	0,00	0,00				950,00	
020213	62227	Deslocações e estadas	15 000,00	0,00	0,00				15 000,00	
020215	6483	Formação	15 000,00	0,00	0,00				15 000,00	
020217		Publicidade	500,00	0,00	0,00				500,00	
020218	62235	Vigilância e segurança	3 450,00	0,00	0,00				3 450,00	
020219	62245	Assistência técnica	109 600,00	25 850,00	32 694,00				102 756,00	
020220	62236	Outros trabalhos especializados	430 562,00	43 300,00	42 850,00				431 012,00	
020225	622982	Outros serviços	3 500,00	37 000,00	0,00				40 500,00	
0306		Juros e outros encargos	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00	
030601	68818	Outros encargos financeiros	3 000,00	0,00	0,00				3 000,00	
04		Transferências correntes	0,00	427 151,70	0,00	0,00	0,00	0,00	427 151,70	
0406	63115	Segurança social	0,00	427 151,70	0,00				427 151,70	
0602		Outras despesas correntes	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00	
060201	622982114	Impostos e taxas	0,00	3 000,00	0,00				3 000,00	
07		Aquisição de bens e investimento	235 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235 000,00	
070107	426	Material de informática	50 000,00	0,00	0,00				50 000,00	
070108	426	Software informático	160 000,00	0,00	0,00				160 000,00	
070109	426	Equipamento administrativo	10 000,00	0,00	0,00				10 000,00	
070115	429	Outros investimentos	15 000,00	0,00	0,00				15 000,00	
		TOTAL	2 673 501,00	603 359,70	176 208,00	0,00	0,00	0,00	3 100 652,70	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

Código (1)	POCISS	Classificação Económica Descrição (2)	Previsões Iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas 7=3+4+5-6	Observações (8)
				Créditos Especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
05		Rendimentos de propriedade	8 000,00	0,00	0,00	0,00	8 000,00	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	8 000,00	0,00	0,00	0,00	8 000,00	
06		Transferências correntes	2 377 001,00	0,00	0,00	0,00	2 377 001,00	
0606		Segurança Social						
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	2 377 001,00	0,00	0,00	0,00	2 377 001,00	
07		Vendas de bens e serviços correntes	53 000,00	0,00	0,00	0,00	53 000,00	
0702	712	Serviços	53 000,00	0,00	0,00	0,00	53 000,00	
10		Transferências	235 000,00	0,00	0,00	0,00	235 000,00	
10060103	798311628	Segurança Social	235 000,00	0,00	0,00	0,00	235 000,00	
15		Reposições não abetidas aos pagamentos	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
150101	6421111	Reposições não abetidas aos pagamentos	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
16		Outras receitas de capital	0,00	0,00	487 151,70	0,00	487 151,70	
		Total	2 673 501,00	0,00	487 151,70	0,00	3 160 652,70	

8.3.2 - Contratação Administrativa

Situação dos Contratos

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	
Repsol Portuguesa, S.A.	Combustíveis Acordo Quadro (contrato antigo)	06-11-2013	8 418,00			30-12-2013	3 531,45			8 165,08			
BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes.S.A	Combustíveis Acordo Quadro (novo contrato)	01-07-2015	14 760,00			28-09-2015	1 561,57						
Higiene Plus - Produtos e Materiais de Higiene e Limpeza, Lda	Aquisição de Produtos de Higiene e Limpeza - Acordo Quadro	01-01-2014	1 865,91			27-05-2014	651,75			1 632,42			
Modelo Continente Hipermercados	Aquisição de artigos de limpeza	20-01-2015	112,82			20-01-2015	112,82						
Quiosque - Natalina Carneiro, Venda de Jornais e Revistas	Aquisição de Jornais	01-01-2015	1 074,00			31-01-2015	1 074,00						
Dimar - Artigos de Papelaria, Lda.	Aquisição de Produtos de Economato	01-01-2015	358,75			27-02-2015	358,75						
Oimar - Artigos de Papelaria, Lda.	Reforo da Aquisição de Produtos de Economato	25-08-2015	48,08			27-08-2015	48,08						
Staples Portugal - Equipamentos de Escritório, S.A.	Aquisição de Papel de Escritório Acordo Quadro	01-01-2015	731,73			27-10-2015	731,73						
Paulo S. Conde, Lda.	Aquisição de Consumíveis de Impressão - HP Acordo Quadro	01-01-2015	556,76			27-02-2015	556,76						
Paulo S. Conde, Lda.	Aquisição de Consumíveis de Impressão - HP	27-10-2015	4 255,46			26-11-2015	4 255,46						
Max One - Material de Escritório, Lda.	Aquisição de Consumíveis de Impressão - Xerox Acordo Quadro	01-01-2015	157,44			27-04-2015	157,44						
Edirevistas - Sociedade Editorial, S.A.	Subscrição do Jornal de Negócios - 1.º Semestre	01-04-2015	140,00			27-02-2015	140,00						
Edirevistas - Sociedade Editorial, S.A.	Subscrição do Jornal de Negócios - 2.º Semestre	01-10-2015	140,00			14-09-2015	140,00						
Iten Solutions - Sistemas de Informação, S.A.	Aquisição de 2 discos SSD para back-up 's	05-10-2015	421,40			27-10-2015	421,40						
Iten Solutions - Sistemas de Informação, S.A.	Aquisição de um disco SSD e 3 caixas USB para back-up 's	30-10-2015	288,61			26-11-2015	288,61						
Baseoideis - Informática e Telecomunicações, Lda.	Aquisição de 5 discos SATA	21-07-2015	246,00			26-11-2015	246,00						
PRO IT - Inovação e Tecnologia, S.A.	Aquisição de dois discos SAS para os servidores do Pólo Técnico	19-06-2015	738,79			17-07-2015	738,79						
Chaviarte - Chaves, Lda.	Aquisição de 4 pilhas para comando	11-03-2015	10,50			11-03-2015	10,50						
A.S. Estádio - Sempre a Postos, Lda.	Aquisição de 2 pilhas para comando	03-11-2015	5,10			03-11-2015	5,10						
Aquário - Comércio de Eletrónica, Lda.	Aquisição de uma campanha para a receção das r/ instalações	10-08-2015	27,80			10-08-2015	27,80						
Santogal F. Comercio e Reparação de Automóveis S.A.	Aquisição de uma lâmpada para o veículo 45-73-XB	26-06-2015	14,50			26-06-2015	14,50						
MCH - Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Aquisição de tapetes para o veículo 45-73-XB	30-01-2015	5,49			30-01-2015	5,49						
Edições Almedina, S.A.	Aquisição do Livro - Novo Código do Procedimento	26-03-2015	35,91			26-03-2015	35,91						
Amazon	Aquisição dos Livros: The Theory of Industrial Organization e Competition Policy; Theory and	18-08-2015	142,69			27-08-2015	142,69						
Amazon	Aquisição do Livro: The Evolution of Management Thought	24-11-2015	103,78			26-11-2015	103,78						
The Economist Newspaper Ltd.	Subscrição Harvard Business Review	29-10-2015	124,68			02-11-2015	124,68						
New Executive Services	Subscrição da revista The Economist	28-10-2015	226,00			03-11-2015	226,00						
MCH - Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Aquisição de Bens de Consumo	05-08-2015	8,63			05-08-2015	8,63						
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Aquisição de Bens de Consumo	30-01-2015	22,55			30-01-2015	22,55						
Eden Springs - Portugal, S.A.	Aquisição de Garrafas de água	01-01-2015	696,79			26-03-2015	307,36						
Staples Portugal - Equipamentos de Escritório, S.A.	Aquisição de garrafas de água	01-01-2015	353,64			26-11-2015	41,22						
Águas do Porto, EM	Fornecimento de água	31-03-2000	1 161,56			31-03-2000	1 161,56						
Galp Power, S.A.	Fornecimento de electricidade (Contrato antigo)	02-11-2012	64 767,07			04-02-2013	23 576,55			64 622,42			
Imobiliária Azul e Branca	Condomínio	01-05-2003	24 811,20			05-08-2003	24 811,20						
Galp Power, S.A.	Fornecimento de electricidade (Contrato novo)	02-11-2015	92 250,00			09-12-2015	1 834,88						
NCC - Facility Services, S.A.	Serviço de limpeza Lisboa	28-10-2014	5 260,80			26-11-2014	3 156,48			4 471,68			
	A Transportar...						70 631,49						

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – Continuação

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	
	Transporte...						70 631,49						
NCC - Facility Services, S.A.	Serviço de limpeza Porto (Contrato antigo)	07-05-2013	24 099,59			26-06-2013	3 993,47			24 076,47			
NCC - Facility Services, S.A.	Serviço de limpeza Porto (Contrato novo)	08-05-2015	9 937,79			26-06-2015	7 227,52						
Efacec - Serviços de Manutenção e Assistência Técnica, S.A.	Substituição da manta filtrante dos ventiladores	21-01-2015	184,01			26-06-2015	184,01						
Efacec - Serviços de Manutenção e Assistência Técnica, S.A.	Intervenção no Pólo Técnico - reparaçã da fuga de Gás no aparelho Daikin	16-06-2015	761,37			17-07-2015	761,37						
Efacec - Serviços de Manutenção e Assistência Técnica, S.A.	Reparação do Ar Condicionado Bastidor	20-11-2015	790,40			-	0,00						
CMFT - Comércio de Pneus e Acessórios, Lda.	Aquisição de dois pneus 195/165 R - 15 H - p/ oVeículo 94-14-QC	28-12-2015	165,00			28-12-2015	165,00						
Micael A. Cassiano	Aquisição de dois pneus p/o Veículo 45-73-XB	07-04-2015	100,00			07-04-2015	100,00						
Auchan, S.A.	Aq. Lâmpadas p/ faróis do veículo 94-14-QC	30-11-2015	20,98			30-11-2015	20,98						
Midas - Número Um, S.A.	Revisão e Inspeção do veículo 43-75-XB	27-01-2015	965,03			02-02-2015	965,03						
Iten Solutions - Sistemas de Informação, S.A.	Reparação de uma impressora	03-02-2015	369,80			27-04-2015	369,80						
Beltrão Coelho, S.A.	Reparação de uma impressora Multifuncional - Lisboa	05-03-2015	123,00			26-03-2015	123,00						
BCN-Sist. Esc. Imag., S.A.	Reparação de uma impressora Multifuncional - Porto	05-03-2015	108,24			27-04-2015	108,24						
LC Power - Soluções de Energia, S.A.	Manutenção extintor no Pólo Técnico	26-05-2015	12,30			26-06-2015	12,30						
Santogal F. Comercio e Reparação de Automóveis S.A.	Substituição dos amortecedores da mala do veículo 43-75-XB	20-05-2015	185,32			26-05-2015	185,32						
LC Power - Soluções de Energia, S.A.	Manutenção anual da UPS	28-05-2015	467,40			27-08-2015	467,40						
Ribeiro & Mtec Unipessoal, Lda.	Reparação de autoclimos e torneiras	20-05-2015	104,55			26-06-2015	104,55						
José Manuel Martins, Lda.	Substituição da bomba da água do veículo 14-94-QC	30-06-2015	776,27			27-08-2015	776,27						
José Manuel Martins, Lda.	Revisão e Inspeção do veículo 14-94-QC	26-06-2015	275,11			27-08-2015	275,11						
BCN-Sist. Esc. Imag., S.A.	Reparação de uma impressora Multifuncional - Porto	25-09-2015	108,24			27-10-2015	108,24						
Granjair - Unipessoal, Lda.	Reparação do Ar Condicionado nas instalações de Lisboa	09-10-2015	339,48			30-12-2015	339,48						
Ribeiro & Mtec Unipessoal, Lda.	Reparação das Instalações Sanitárias	07-10-2015	263,84			28-12-2015	263,84						
AMF - Petrolima, Lda.	Reparação, revisão e inspeção do veículo 51-92-ZI	04-12-2015	228,28			28-12-2015	228,28						
Faculdade de Economia do Porto	Arrendamento de salas p/exame	17-04-2015	947,10			27-10-2015	947,10						
BNP IMOFUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.	Renda de instalações - Porto	01-04-2013	487 075,52			07-06-2013	94 226,91			259 118,91			
SGMESESS - Portaria n.º 278/2012	Renda de instalações - Lisboa	01-01-2015	7 488,00			06-03-2015	7 488,00						
Onitecom Infocomunicações, S.A.	Infra-estrutura rede Voz Lisboa	02-11-2009	6,99			21-12-2009	6,99						
Portugal Telecom, S.A.	Prestação de serviços de telefónico fixo (Contrato Antio). Acordo Quadro-SVDLF	04-06-2013	691,63			25-07-2013	241,30			691,63			
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Prestação de serviços de telefónico fixo - Porto (Contrato Novo). Acordo Quadro-SVDLF	05-06-2015	500,00			15-07-2015	119,03						
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	AQ SMT - ESPAP (Contrato novo)	12-11-2014	5 036,85			31-12-2014	1 768,79			1 994,31			
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Comunicações no âmbito do domínio igfcss.pt - Acesso à internet (contrato antigo)	01-08-2013	527,06			28-10-2013	155,61			527,06			
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Comunicações no âmbito do domínio igfcss.pt - Acesso à internet (contrato novo)	01-08-2015	600,00			14-09-2015	110,99						
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Prestação de serviços de telefónico fixo - Lisboa. Acordo Quadro-SVDLF	01-06-2015	480,00			20-10-2015	22,74						
Xper Voip	Reforço do saldo VOIP	16-04-2015	123,00			16-04-2015	123,00						
NOS Comunicações, S.A.	Serviço de Distribuição de televisão por cabo	01-01-2015	777,20			23-01-2015	777,20						
CTT - Correios de Portugal	Serviços Postais (Pré Pago)	01-04-2014	1 000,00			03-04-2014	161,15			861,15			
CTT - Correios de Portugal	Serviços Postais (fora do Pré-Pago)	01-01-2014	33,83			23-02-2015	33,83						
CTT - Correios de Portugal	Serviços Postais (Pré Pago)	01-04-2015	1 000,00			02-07-2015	400,00						
Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	Seguros de 3 veículos automóveis	30-12-2013	705,00			28-02-2014	352,50			705,00			
Caravela - Companhia de Seguros, S.A.	Seguros de 3 veículos automóveis	30-12-2015	405,39			26-11-2015	405,39						
Transportes Intermodais do Porto, ACE	Despesas com a aquisição de Bilhetes	16-01-2015	124,80			16-01-2015	124,80						
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Despesas com a aquisição de Bilhetes	30-01-2015	28,90			30-01-2015	28,90						
Companhia de Carris de Ferro de Lisboa	Despesas com a aquisição de Bilhetes	30-10-2015	3,60			30-10-2015	3,60						
Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A.	Despesas com portagens	30-01-2015	1 805,25			30-01-2015	1 805,25						
Escalatur - Viagens e Turismo, Unipessoal, Lda.	Serviços de Viagens, Transportes e Alojamentos - Acordo Quadro	01-01-2015	4 009,61			26-03-2015	4 009,61						
Auto Táxi Sandoeira, Lda.	Serviço de Táxi	31-03-2015	6,00			31-03-2015	6,00						
Calculégua Táxis Unipessoal, Lda.	Serviço de Táxi	31-03-2015	7,50			31-03-2015	7,50						
Hermínio & Proença - Auto Táxi, Lda.	Serviço de Táxi	30-06-2015	12,40			30-06-2015	12,40						
Táxi Rodrigo & Simões, Lda.	Serviço de Táxi	30-06-2015	8,75			30-06-2015	8,75						
Táxi Compal Jorge, Lda	Serviço de Táxi	17-07-2015	8,00			17-07-2015	8,00						
Táxi Rodoport, Lda	Serviço de Táxi	17-07-2015	7,00			17-07-2015	7,00						
Hotel Tuela	Estacionamento	17-07-2015	27,00			17-07-2015	27,00						
Empresa Nacional de Viaturas, Lda	Serviço de Táxi	17-07-2015	5,00			17-07-2015	5,00						
Auto Táxi Luis Rosado Unipessoal, Lda	Serviço de Táxi	17-07-2015	19,00			17-07-2015	19,00						
Service Occasionel Transp. Publics PARIS	Serviço de Táxi	17-09-2015	26,00			17-09-2015	26,00						
Taxis Parisiens	Serviço de Táxi	17-09-2015	33,80			17-09-2015	33,80						
Les Hôtels de Paris	Taxa de dormida	17-09-2015	6,50			17-09-2015	6,50						
	A Transportar...						200 890,34						

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – Continuação

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observe-se
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	
	Transportar...						200 890,34						
EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, F.M. S.A.	Estacionamento	30-10-2015	49,90			30-10-2015	49,90						
Investimentos Hoteleiros Cascais	Estacionamento	30-10-2015	2,20			30-10-2015	2,20						
Ento, S.A.	Estacionamento	26-11-2015	14,00			26-11-2015	14,00						
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	Estacionamento	30-11-2015	4,50			30-11-2015	4,50						
Táxis José Santos & Alice, Lda	Serviço de Táxi	30-11-2015	8,00			30-11-2015	8,00						
Táxis José Filipe Duarte Marques Ferreira	Serviço de Táxi	30-11-2015	4,50			30-11-2015	4,50						
Joaquina Sandra da Silva Pereira	Serviço de Táxi	28-12-2015	9,75			28-12-2015	9,75						
João José Tavares de Sousa, Lda	Serviço de Táxi	28-12-2015	10,95			28-12-2015	10,95						
Táxis Buques, Lda	Serviço de Táxi	03-12-2015	5,80			03-12-2015	5,80						
José Pinto & Silva, Lda	Serviço de Táxi	03-12-2015	7,05			03-12-2015	7,05						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	SIADAP - Aspetos Práticos da Aplicação	19-01-2015	90,00			27-02-2015	90,00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	SIADAP - Aspetos Práticos da Aplicação	21-01-2015	90,00			27-02-2015	90,00						
OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados	Orçamento de Estado 2015. Alteração ao CIRS e Aspetos práticos da prestação de contas	28-01-2016	32,00			27-02-2015	32,00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	A Contratação Pública no âmbito da LOE de 2015	06-02-2015	90,00			26-03-2015	90,00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Seminário - O Novo CPA - DL 4/2015 de 07/01	26-02-2015	60,00			26-03-2015	60,00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	O Novo CPA - DL 4/2015 - Notas Práticas	16-03-2015	90,00			26-03-2015	90,00						
Rumos, S.A.	Developing Microsoft SQL Server Database	23-03-2015	1 495,68			27-04-2015	1 495,68						
Euromoney - Learning Solutions	Back Office Management	18-08-2015	5 000,00			05-08-2015	5 000,00						
Universidade do Porto - Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	Elementos de Computação Científica em Octave	16-05-2015	200,00			16-05-2015	200,00						
OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados	Organismos de Investimento Coletivo, Sociedades e Fundos de Investimento	09-07-2015	48,00			17-07-2015	48,00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Gestão Administrativa dos Recursos Humanos - Parentalidade	01-07-2015	85,00			17-07-2015	85,00						
OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados	SNC - O Sistema de Normalização Contabilístico Público	03-09-2015	96,00			27-10-2015	96,00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Workshop do Secretariado na Administração Pública	28-09-2015	185,00			30-12-2015	185,00						
CFA Institute	CFA Nível 3	01-10-2015	733,00			28-12-2015	733,00						
Prosegur - Companhia de Segurança Unipessoal, Lda.	Recolha e guarda de suportes informáticos	01-03-2013	10 332,36			24-04-2013	3 444,12			9 758,34			
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software	Assistência técnica aplicação informática do sistema de Gestão de Ativos	07-11-2013	237 396,15			30-12-2013	64 618,04			140 901,09			
Efacec - Serviços de Manutenção e Assistência Técnica, S.A.	Manutenção do Ar Condicionado	01-01-2015	1 283,88			27-04-2015	1 283,88						
Frontline Systems, Inc.	Aquisição de software API Solver	05-02-2015	1 101,40			30-01-2015	1 101,40						
Nortecópia-Equip.Escritório, Lda (Contrato Antigo)	Assistência a fotocopiadoras	01-07-2014	841,52			11-07-2014	420,76			841,52			
Nortecópia-Equip.Escritório, Lda (Contrato Novo)	Assistência a fotocopiadoras	01-07-2015	420,76			15-07-2015	420,76						
APR-Management Solutions	Contrato de manutenção Software da contabilidade	01-01-2015	2 128,61			27-04-2015	2 128,61						
Linkcom-Serviços de Informação, S.A.	Manutenção dos switches da Cisco	26-06-2015	1 599,00			17-07-2015	1 599,00						
Timberlake Consultores, Lda	Licença EViews	07-05-2015	1 838,85			26-03-2015	1 838,85						
Sagres-Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	Higiene e saúde no trabalho	14-02-2013	5 579,25			24-04-2013	1 747,48			5 002,62			
Bloomberg (valor em USD)	Prestação informação rel.ç/ mercados monetário e de caixais	03-04-2014	780 558,00	859/2014	30-05-2014	30-06-2014	390 279,00			670 670,27			Contravalor €339 988,41
Grant Thornton & Associados, SROC, Lda.	Auditoria e Certificação de Contas - 2013 a 2014	02-12-2013	34 353,90			31-12-2013	11 451,30			34 353,90			
Tribunal Central administrativo do Norte	Notificação Judicial	19-05-2015	612,00			19-05-2015	612,00						
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, IP	Custas Judiciais	28-09-2015	275,40			28-09-2015	275,40						
Tribunal de Contas	Processo de Venda do Edifício do antigo Hospital de Cascais	30-09-2015	3 463,86			30-09-2015	3 463,86						
APR-Management Solutions	Desenvolvimentos na aplicação da contabilidade	18-08-2015	470,48			28-09-2015	470,48						
Grant Thornton & Associados, SROC, Lda.	Auditoria e Certificação de Contas - 2015 a 2016	02-12-2015	43 824,90			28-12-2015	7 304,11						
Construimk - Tecnologias de Informação, S.A.	Plataforma Eletrónica de Contratação Pública	01-04-2013	4 723,20			28-05-2013	861,00			4 723,20			
Global Média	Publicação de anúncio de recrutamento de pessoal no Jornal de Notícias	27-01-2015	209,10			27-01-2015	209,10						
Truynolen-Est. Serv. Protecção Ambiental, Lda.	Serviços de desinsetação e desinfeção	14-02-2015	215,25			27-02-2015	215,25						
Transportes Centrais do Monte Pedral, Lda.	Serviço de Transporte Lisboa - Porto	27-04-2015	98,40			27-04-2015	98,40						
Ceger - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	Cartão de Certificação Eletrónica	17-07-2015	300,00			17-07-2015	300,00						
Santogal P - Comércio e Reparação de Automóveis, Lda	Lavagem no interior da viatura 45-73-XB	28-09-2015	225,02			28-09-2015	225,02						
Maria Antónia Dias Pereira	Flores para reunião de trabalho	27-10-2015	50,00			27-10-2015	50,00						
Tribunal de Contas	Emolumentos Conta de Gerência - Ano de 2009	05-08-2015	17 164,00			05-08-2015	17 164,00						
Tribunal de Contas	Emolumentos Conta de Gerência - Ano de 2010	05-10-2015	17 164,00			05-10-2015	17 164,00						
Tribunal de Contas	Emolumentos Conta de Gerência - Ano de 2011	05-10-2015	1 716,40			05-10-2015	1 716,40						
Tribunal de Contas	Emolumentos Conta de Gerência - Ano de 2012	05-10-2015	1 716,40			05-10-2015	1 716,40						
Câmara Municipal de Lisboa	Estacionamento privativo dos 3 veículos do IGFSS	27-02-2015	3 000,00			27-02-2015	3 000,00						
Iten Solutions - Sistemas de Informação, S.A.	Aquisição de 3 impressoras	29-06-2015	2 086,77			17-07-2015	2 086,77						
Linkcom-Serviços de Informação, S.A.	Aquisição de 13 computadores	28-12-2015	15 686,19			28-12-2015	15 686,19						
ATM Informática - Sistemas de Informações e Serviços, S.A.	Manutenção do CA Arc Serve	26-03-2015	3 103,14			26-03-2015	3 103,14						
	A Transportar...						715 085,80						

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – Continuação

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	
	Transporta...						715 065,80						
Linkcom-Serviços de Informação, S.A.	Módulo para Telefone	28-09-2015	1.008,60			28-09-2015	1.008,60						
Cartório Notarial Isabel Catarina Ferreira	Reconhecimento de assinatura Notarial	30-10-2015	16,32			30-10-2015	16,32						
Chilkat Software, Inc.	Aquisição de componente STFP para a Data License da Bloomberg	30-12-2015	150,42			30-12-2015	150,42						
Crowe Horwarth Portugal	Fiscal Único Cf. Despacho Conjunto n.º 3378/2013 de 28 de janeiro (Finanças e e Seg.Social)	04-03-2013	68.207,40			30-12-2013	13.641,48						
	Total...						729 882,62						

Formas de Contratação

FORMAS DE CONTRATAÇÃO

Tipo de Contrato (1)	Formas de Adjudicação														Total	
	Concurso Público		Concurso Limitado c/ Prévia Qualificação		Concurso Limitado c/ Apresentação		Concurso Limitado s/ Apresentação		Por Negociação c/ Publicação Prévia		Por Negociação s/ Publicação Prévia		Ajuste Direto			
	NºContr (2)	Valor (3)	NºContr (4)	Valor (5)	NºContr (6)	Valor (7)	NºContr (8)	Valor (9)	NºContr (10)	Valor (11)	NºContr (12)	Valor (13)	NºContr (14)	Valor (15)	NºContr (16)	Valor (17)
Locação																
Empreitada de Obras Públicas																
Gestão de Serviços Públicos																
Prestação de Serviços												97	138 276,22	97	138 276,22	
Aquisição de Bens												31	136 412,34	31	136 412,34	

8.3.4 – Transferências e Subsídios

Transferências de Capital – Despesa

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – DESPESA

Disposições Legais (1)	Transferências Orçamentadas (2)	Transferências Autorizadas (3)	Transferências Efetuadas (4)	Transferências Autorizadas e Não Efetuadas (5)=(3)-(4)
Transferências para o FEFSS	427 151,70	427 151,70	427 151,70	0,00

Este valor corresponde a parte do saldo orçamental na posse do IGFCSS, IP a 31/12/2014, foi devolvido ao FEFSS com base no disposto no nº1 do artigo 48º da Lei nº 91/2001 de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei nº 41/2014, de 10 de julho, em conjugação com o artigo 4º do Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de Abril e o artigo 111º da Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro.

Transferências Correntes – Receita

Transferências destinadas ao financiamento das despesas correntes, conforme descrito na nota 8.2.39.7

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA

Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Obtidas
Transferências Correntes Obtidas		
FEFSS	2 377 001,00	2 115 000,00

Transferências de Capital – Receita

Transferências destinadas ao financiamento das despesas de capital, provenientes do FEFSS de acordo com o Orçamento aprovado.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – RECEITA		
Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Obtidas
Transferências do FEFSS	235 000,00	35 000,00

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. ("Instituto") as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.416.785 euros e um total de fundos próprios de 0 euros, incluindo um resultado líquido de 106.354 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos a conformidade dos Mapas de execução orçamental (que incluem os Mapas de controlo orçamental da despesa e da receita, o Mapa de fluxos de caixa e os Mapas do orçamento anual da despesa e da receita) para o exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Diretivo do Instituto a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Diretivo do Instituto, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector das Instituições que integram o Sistema de Solidariedade e Segurança Social.

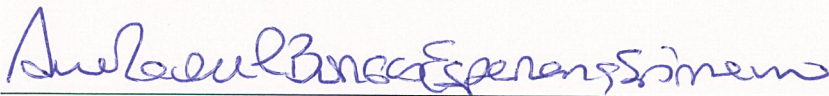
Ênfase

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para o facto de, conforme referido na Nota 8.2.2 do Anexo às demonstrações financeiras, na análise comparativa das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 2014, dever ser considerada a aplicação por parte do Instituto, em 2015, do princípio da especialização dos exercícios no que respeita ao disposto no Decreto-Lei nº 203/2012 de 28 de agosto que estabelece que o financiamento dos custos de funcionamento do Instituto é assegurado por verbas do orçamento de estado ou da segurança social e que estabelece a obrigatoriedade de devolução anual do saldo gerado pelo Instituto no exercício ao Fundo de Estabilização da Segurança Social.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 14 de abril de 2016



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)

Relatório de Auditoria

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (“Instituto”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de balanço de 1.416.785 Euro e um total de fundos próprios de 0 Euro, incluindo um resultado líquido de 106.354 Euro), a Demonstração dos resultados, os Fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo do Instituto, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

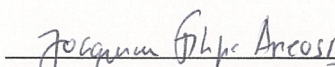
Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que conforme referido na Nota 8.2.2 do Anexo, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 não são comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para efeitos comparativos, em virtude da especialização dos custos e proveitos que, de acordo com o DL 203/2012, de 28 de Agosto, serão objecto de transferências do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Porto, 14 de Abril de 2016


Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Joaquim Filipe Martins de Moura Areosa (ROC n.º 1027)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida, e os documentos de prestação de contas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. ("Instituto") relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho Diretivo do Instituto.

Acompanhámos a evolução da atividade e os negócios do Instituto, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho Diretivo e dos diversos serviços do Instituto todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2015, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o respetivo Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do período de 2015 preparado pelo Conselho Diretivo do Instituto.

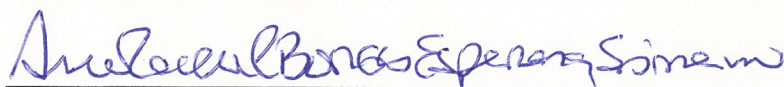
Conforme referido na nota 8.2.31 do Anexo às demonstrações financeiras, na sequência do relatório nº 29/2010 do Tribunal de Contas bem como do parecer nº 7/2012 do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República relativo à suspensão de algumas componentes remuneratórias, o Instituto solicitou formalmente a reposição dos valores pagos indevidamente no passado aos colaboradores. Adicionalmente, decorrente da interposição de processos judiciais por parte da maioria dos colaboradores, e tendo presente o princípio contabilístico da prudência, o Instituto constituiu uma provisão de cerca de 123.373 euros (2014: 89.513 euros) referente à possível responsabilidade pelo pagamento daquelas componentes remuneratórias.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui no seu parágrafo 10 uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, considerando o descrito no parágrafo 10 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho Diretivo e aos serviços do Instituto o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 14 de abril de 2016



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)

